



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E CIDADANIA
Comissão de Anistia/GM/MJ

Esplanada dos Ministérios, Bloco T, 2º andar, sala 200, Edifício Sede – Cep: 70.064-900
Telefone (61) 2025-9400/9404

RELATÓRIO ANUAL
COMISSÃO DE ANISTIA
2014

MJ
Brasília
2016

O relatório de atividades é alusivo ao ano de 2014, tendo sido elaborado em 2015. As fotos que registram as atividades públicas promovidas pela Comissão de Anistia são de propriedade do Ministério da Justiça , sendo permitida sua publicação desde que citada a fonte.

Agradecimentos à equipe que colaborou com a elaboração deste relatório.

<http://www.justica.gov.br/seus-direitos/anistia>

Contato – atendimento: (61) 2025 3213/3675



**Ministério da Justiça
Comissão de Anistia**

Presidente da República

Dilma Vana Rousseff

Vice-Presidente da República em Exercício

Michel Temer

Ministro da Justiça

José Eduardo Cardozo

Secretário Executivo

Marivaldo Pereira

Presidente da Comissão de Anistia

Paulo Abrão

Vice-Presidentes da Comissão de Anistia

Sueli Aparecida Bellato

José Carlos Moreira da Silva Filho

Assessoria da Presidência

Marleide Ferreira Rocha

Diretora da Comissão de Anistia

Amarilis Busch Tavares

Chefia de Gabinete

Larissa Nacif Fonseca

Coordenador Geral de Gestão Processual

Muller Luiz Borges

Coordenadora de Controle Processual, Julgamento e Finalização

Natália Costa

Coordenadora de Análise e Informação Processual

Joicy Honorato De Souza

Coordenador de Pré-análise

Rodrigo Lentz

Coordenadora-Geral do Memorial da Anistia Política do Brasil

Rosane Cavalheiro Cruz

Coordenador de Projetos e Políticas de Reparação e Memória Histórica

Eduardo Henrique Falcão Pires

Renata Barreto Preturlan

Coordenadora do Centro de Documentação e Pesquisa

Elisabete Ferrarezi

Chefe da Divisão de Arquivo

Mayara Nunes de Castro

Coordenador de Articulação Social, Ações Educativas e Museologia

Bruno Scalco Franke

Dario Cintra de Negreiros Ribeiro

Conselheiros

ALINE SUELI DE SALLES SANTOS
ANA MARIA GUEDES
ANA MARIA LIMA DE OLIVEIRA
CAROLINA DE CAMPOS MELO
CAROL PRONER
CRISTIANO PAIXÃO
ENEÁ DE STUTZ E ALMEIDA
HENRIQUE DE ALMEIDA CARDOSO
JOSÉ CARLOS MOREIRA DA SILVA FILHO
JUVELINO JOSÉ STROZAKE
LUCIANA SILVA GARCIA
MÁRCIA ELAYNE BERBICH DE MORAES
MÁRCIO GONTIJO

MARINA DA SILVA STEINBRUCH
MÁRIO MIRANDA DE ALBUQUERQUE
NARCISO FERNANDES BARBOSA
NILMÁRIO MIRANDA
PAULO ABRÃO
PRUDENTE JOSÉ DA SILVA MELLO
RITA MARIA DE MIRANDA SIPAHI
ROBERTA CAMINEIRO BAGGIO
RODRIGO GONÇALVES DOS SANTOS
SUELI APARECIDA BELLATO
VANDA DAVI FERNANDES DE OLIVEIRA
VIRGINIUS JOSÉ LIANZA DA FRANCA

Sumário

Política Nacional de Promoção da Justiça de Transição e da Anistia Política.....	11
1. Introdução.....	11
2. Gestão Administrativa.....	12
2.1. As Mudanças na Estrutura e da Gestão Processual.....	12
2.2. Sistema Gerencial da Comissão de Anistia.....	14
2.3. Metas de Julgamento.....	15
3. Política de Reparação Econômica.....	16
3.1. O Processo de Julgamento dos Requerimentos de Anistia.....	16
3.2. Requerimentos Recebidos e Julgamento de Processos.....	18
4. Reparação Moral, Simbólica e Psíquica.....	23
4.1. Memorial da Anistia Política do Brasil.....	23
4.1.1. Projeto Museográfico.....	25
4.2. Projeto Marcas da Memória.....	26
4.2.1. Mostra de Cinema Marcas da Memória.....	30
4.2.2. Projeto Circuito Universitário de Cinema.....	34
4.2.3. Projeto Trilhas de Anistia.....	37
4.2.4. Outras atividades.....	39
4.2.5. Exposições.....	45
5. Ações educativas.....	46
5.1. Caravanas da Anistia.....	46
5.2. Projeto Clínicas do Testemunho.....	48
5.2.2. Capacitações.....	49
5.2.3. Conversas Públicas e outros eventos.....	52
6. Ações de Disseminação.....	55
6.1. Parcerias e pesquisas realizadas com Comissões da Verdade.....	55
6.2. Intercâmbio de documentos.....	57
6.3. O Acervo da Comissão de Anistia.....	58
6.3.1. Digitalização e os processos de trabalho.....	58
6.3.2. Fundação Lelio e Lisli Basso – Issoco.....	59
6.4. Publicações.....	60
6.5. Memorial Virtual da Comissão de Anistia.....	62
6.5.1. Vocabulário Controlado.....	64
6.5.2. A unificação das bases de dados da Comissão de Anistia.....	65

6.6. Observatório e Rede Latino-americana de Justiça de Transição.....	65
6.7. Seminários.....	65
6.7.1. Ciclo 50 anos do Golpe.....	66
6.8. Laboratório de Tecnologia para Pesquisa em Memória e Direitos Humanos.....	68
6.9. Parceria com a Coalizão Internacional de Sítios de Consciência.....	69
7. Ações de Cooperação Internacional.....	70

Apresentação

Em 2014, a Comissão de Anistia aprofundou sua intervenção em direção à reparação integral. Ao mesmo tempo em que redobrou esforços para avançar em processos de modernização tecnológica que garantam maior celeridade no julgamento dos requerimentos de Anistia Política, a Comissão manteve sua aposta nos projetos de memória, verdade, reparação psíquica e educação em direitos humanos. Além disso, realizou parcerias com as Comissões da Verdade (Locais, Setoriais e Nacional) e realizou diversas ações no âmbito da memória e verdade em decorrência do aniversário de 50 anos do Golpe em 2014.

Nesse esforço de garantir a celeridade da análise dos processos, o Sistema de Informações da Comissão de Anistia – SINCA, foi assumido como prioridade. Esse sistema poderá reunir em uma única base, os dados necessários para tramitação dos processos de requerimentos de Anistia Política, de forma a facilitar o acesso, a sistematização e o monitoramento desses processos. Neste ano, a Comissão de Anistia apreciou 1590 requerimentos (em sessões de turma, em plenárias, e em Caravanas), superando novamente a meta do PP, que era de 1.510 processos.

A Comissão de Anistia permaneceu investindo e apoiando o projeto “Trilhas da Anistia”. Por meio do “Projeto de cooperação técnica para o intercâmbio internacional, desenvolvimento e ampliação das políticas de Justiça Transicional no Brasil” (PRODOC BRA/08/021), firmado entre a Comissão de Anistia e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD foi realizado um mapeamento das localidades que possuem histórico de resistência popular à repressão política ocorrida no período ditatorial, auxilia na definição dos locais que receberão os monumentos. No ano de 2014 monumentos foram inaugurados em 10 cidades brasileiras.

O projeto “Circuito Universitário de Cinema” que visa fomentar dentro e fora do espaço acadêmico a ampliação das instâncias de diálogo e reflexão, inculcando em públicos mais jovens um maior interesse e conhecimento acerca da temática da ditadura civil-militar. Foram realizadas 135 sessões em 50 instituições de ensino com a estimativa de público em torno de 10.800 espectadores. As exhibições dos filmes foram gratuitas e abertas ao público. Após as sessões houveram debates promovidos por pesquisadores, ex-presos políticos, movimentos sociais, culturais e de direitos humanos, além de participações de diretores ou da equipe de produção dos filmes exibidos.

Também foram realizadas onze Caravanas da Anistia, garantindo que o evento fosse realizado em todos os estados da federação. As caravanas visa responsabilizar os agentes que cometeram violações aos direitos humanos e ao mesmo tempo alcançar as novas gerações que, nascidas na democracia, muitas vezes desconhece a história recente da repressão e, também, a importância de se defender a democracia conquistada.

Entre o ano de 2012 e 2014, as Clínicas do Testemunho, projeto piloto em reparação psíquica, realizaram em suas cinco unidades, 4.000 atendimentos terapêuticos, bem como a capacitação de mais de 600 profissionais de diversas áreas. Além de divulgar o projeto por meio de trinta e três conversas públicas atingindo cerca de 1600 pessoas.

No primeiro semestre de 2014, durante o Congresso Internacional “50 Anos do Golpe e a Nova Agenda da Justiça de Transição no Brasil”, ocorrido entre 10 e 14 de março em Recife/PE, aconteceu o lançamento público dos trabalhos que serão desenvolvidos pela Secretaria Executiva da RLAJT.

No ano em que o golpe civil-militar completou seu cinquentenário, a Comissão de Anistia realizou, com o auxílio de inúmeros parceiros, o “Ciclo 50 Anos” – um conjunto de atividades que se desenvolveu por todo o Brasil, com o objetivo de promover uma reflexão sobre esse meio século de história e sobre os avanços da Justiça de Transição e homenagear as vítimas do regime de exceção. O Ciclo de atividades “50 anos do Golpe” prestigiou as 27 unidades da federação brasileira, promovendo 100 atividades alusivas ao cinquentenário do golpe civil-militar.

Para contribuir com a iniciativa de suporte ao acervo digital da Comissão de Anistia e fomentar pesquisas em direitos humanos, anistia política e justiça de transição foi idealizado o Laboratório de Tecnologia para Pesquisa em Memória e Direitos Humanos – LAB-MDH. Em outubro, foram concluídas as instalações dos hardwares e softwares, e em dezembro, as instalações físicas do LAB-MDH. Sua inauguração oficial ocorrerá no primeiro semestre de 2015.

A comissão de Anistia realizou uma parceria com a Coalizão Internacional de Sítios de Consciência. A rede de escala mundial, que tem sede em Nova Iorque e dedica-se a fornecer capacitação, apoio político e fomentar financeiramente instituições que se dedicam ao tema da memória pós-autoritarismo e episódios de violações aos direitos humanos.

Em todas estas ações analisadas, há uma lógica que estimula a (re)construção de narrativas, de argumentos e a reunião de documentos que comprovem a versão dos que lutaram contra as ditaduras no Brasil. Todas elas, inclusive a reparação econômica, nos dão a oportunidade de revisitar trajetórias individuais e coletivas que nos contam sobre nossa história, contribuindo para que o Estado e a sociedade reconheçam seus erros, para que a justiça seja feita e as diferentes versões de nossa história possam ser conhecidas; mas, sobretudo, para que a sociedade possa se compreender melhor e, conseqüentemente, pensar seu presente e futuro.

Brasília, dezembro de 2014.

Paulo Abrão

*Presidente da Comissão de Anistia
Ministério da Justiça*

es
fi
s
i
n
e

Projetos Educativos

Política Nacional de Promoção da Justiça de
Transição e da Anistia Política

Política Nacional de Promoção da Justiça de Transição e da Anistia Política

I. Introdução

A Comissão de Anistia foi instituída no âmbito do Ministério no ano de 2001, pela Medida Provisória nº 2.151, posteriormente convertida pela Lei nº 10.559/2002, com a finalidade de examinar os requerimentos de anistia política e assessorar o Ministro de Estado de Justiça nas decisões referentes à anistia, analisando os requerimentos. O estabelecimento desse órgão tornou efetivo o artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, que dispõe que será:

“(...) concedida anistia política aos que, no período de 18 de setembro de 1946 até a data de promulgação da Constituição, foram atingidos, em decorrência de motivação exclusivamente política, por atos de exceção (...)”.

A afirmação constitucional do direito à anistia faz parte do processo de reorganização institucional em decorrência da abertura democrática, configurando ações de reparação às vítimas e perseguidos políticos brasileiros do período estabelecido em lei.

Conforme com a Lei nº 10.559/2002, após apreciação do requerimento, a Comissão poderá reconhecer a situação de anistiado político do requerente e, se for o caso, conceder reparação econômica para aqueles que tenham comprovado haver sofrido perseguições exclusivamente políticas por meio de atos de exceção do Estado brasileiro, entre 1946 e 1988, incluindo torturas, prisões arbitrárias, demissões e transferências por razões políticas, sequestros, compelimentos à clandestinidade e ao exílio, banimentos, expurgos estudantis e monitoramento.

Além de reconhecer a cada requerente sua condição de anistiado político e o direito à reparação moral e econômica, o Ministério da Justiça, por meio da Comissão de Anistia, viabiliza outras dimensões da Justiça de Transição, como o direito à memória e à verdade. Assim, a competência estabelecida no início do mandato da Comissão – o julgamento de requerimentos de anistia política –, teve seu escopo ampliado com a criação, a partir de 2007, de ações voltadas à promoção da justiça de transição, preservação da memória e educação para a democracia e os direitos humanos¹.

Por meio do reconhecimento da condição de anistiado político e do direito às reparações morais e econômicas, compensando prejuízos causados pelo arbítrio estatal, a Comissão de Anistia tem contribuído para fortalecer o processo democrático brasileiro, a partir da busca de valores e princípios da Justiça de Transição², tal como definido em sua missão em 2011:

¹ As ações da Comissão inserem-se no eixo Direito à Memória e à Verdade do Programa Nacional de Direitos Humanos, instituído pelo Decreto nº 7.037/2009.

² Autores vêm debatendo o conceito de Justiça de Transição. Para Paul Van Zyl o termo constitui o esforço por construir paz após um período de conflito, violência massiva ou violação sistemática dos direitos humanos. Seu objetivo implica em levar a julgamento os perpetradores, revelar a verdade acerca dos crimes cometidos no passado, promover a reparação às vítimas, reformar as instituições abusivas e permitir a reconciliação. Segundo o autor, os pilares da Justiça de Transição são: os julgamentos, a busca pela verdade, reparação e reforma institucional. VAN ZYL, Paul. Promoviendo la Justicia Transicional en sociedades post conflicto. Justicia Transicional: Manual Para América Latina, Ed. Félix Reátegui. Brasília e Nova York, 2011.

Ser instrumento legítimo que contribui para a consolidação da Anistia Política, da democracia e dos direitos humanos, por meio dos mecanismos da Justiça de Transição: reparação, memória, verdade e justiça.

A Política Nacional de Promoção da Justiça de Transição e da Anistia Política possui formas de reparação diferenciadas: econômica, moral, coletiva, psíquica e simbólica. A política de reparação econômica, de caráter indenizatório, prevê a prestação mensal, permanente e continuada aos anistiados políticos que comprovem vínculos empregatícios à época das violações de seus direitos. A reparação em prestação única é destinada aos anistiados que não comprovam a perda de vínculo empregatício. No que tange às outras reparações, a Comissão atua por meio de projetos Caravanas da Anistia, Memorial da Anistia Política, Projeto Marcas da Memória, Trilhas da Anistia, e Clínicas do Testemunho.

Ao reconhecer as violações cometidas pelo próprio Estado, promove-se o direito à verdade, assim como, o resgate das memórias sobre a repressão e a resistência produz reparação simbólica, dirigida não apenas ao perseguido político, mas à sociedade como um todo. A busca da verdade pode levar à identificação dos locais onde funcionaram centros de torturas, mas é a memória que pode permitir acessar experiências subjetivas que estes locais produziram nas pessoas direta ou indiretamente. Assim, embora distintos, os direitos à memória e à verdade são complementares. E constitui dever do Estado garantir meios para que todos os cidadãos possam acessar este passado em sua dupla dimensionalidade: enquanto verdade e enquanto memória³.

Este relatório apresenta os resultados das ações e programas de reparação que compõem a Política Nacional de Promoção da Justiça de Transição e da Anistia Política, os desafios da gestão da Comissão de Anistia para atingir sua missão, bem como as ações de disseminação e cooperação internacional implementadas em 2014, a saber:

- Julgamento de requerimentos de anistia;
- Memorial da Anistia Política do Brasil;
- Ações educativas;
- Caravanas da Anistia ;
- Projeto Marcas da Memória;
- Trilhas da Anistia;
- Projeto Clínicas do Testemunho;
- Memorial Virtual;
- Preservação do acervo e disseminação (publicações, pesquisas, seminários);
- Observatório e Rede Latino-americana de Justiça de Transição;
- Laboratório de Tecnologia para Pesquisa em Memória e Direitos Humanos;
- Cooperação Internacional.

2. Gestão Administrativa

2.1. As Mudanças na Estrutura e da Gestão Processual

Desde 2011, o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP) e o Ministério da Justiça (MJ), tem como prioridade a demanda por fortalecimento institucional

³ ABRÃO, Paulo; TORELLY, Marcelo; OLIVEIRA, Egmar de. O Golpe de 1964 e as políticas de memória da Comissão de Anistia: Um reencontro com sonhos e projetos. Revista Princípios, São Paulo, 2014.

da Comissão de Anistia. A fundamentação do pedido de nova estrutura organizacional destacava a insuficiência da força de trabalho da Comissão de Anistia para atingir seu objetivo institucional de examinar os requerimentos de anistia e assessorar o Ministro de Estado da Justiça em suas decisões.

A insuficiência de força de trabalho se agravou em 2009 com a substituição dos terceirizados em situação irregular no MJ, visto que seu quadro funcional era composto em sua maioria por esses funcionários. A redução de seu quadro funcional gerou descontinuidade do trabalho e perda de memória institucional, o que reduziu a entrega de resultados para a sociedade brasileira.

Finalmente, no ano de 2013, a Comissão recebeu, após doze anos de atuação com apenas quatro cargos em comissão, nova estrutura composta por quinze cargos do Grupo-Direção e Assessoramento Superior (DAS), o que lhe permitiu criar a Diretoria do órgão, a Coordenação-Geral de Gestão Processual, e a Coordenação-Geral do Memorial da Anistia Política do Brasil, além das coordenações e divisões a elas subordinadas (Figura 1). Essa conquista permitiu a formalização de uma estrutura alinhada às atividades desempenhadas pela Comissão, trazendo consideráveis ganhos de gestão⁴.

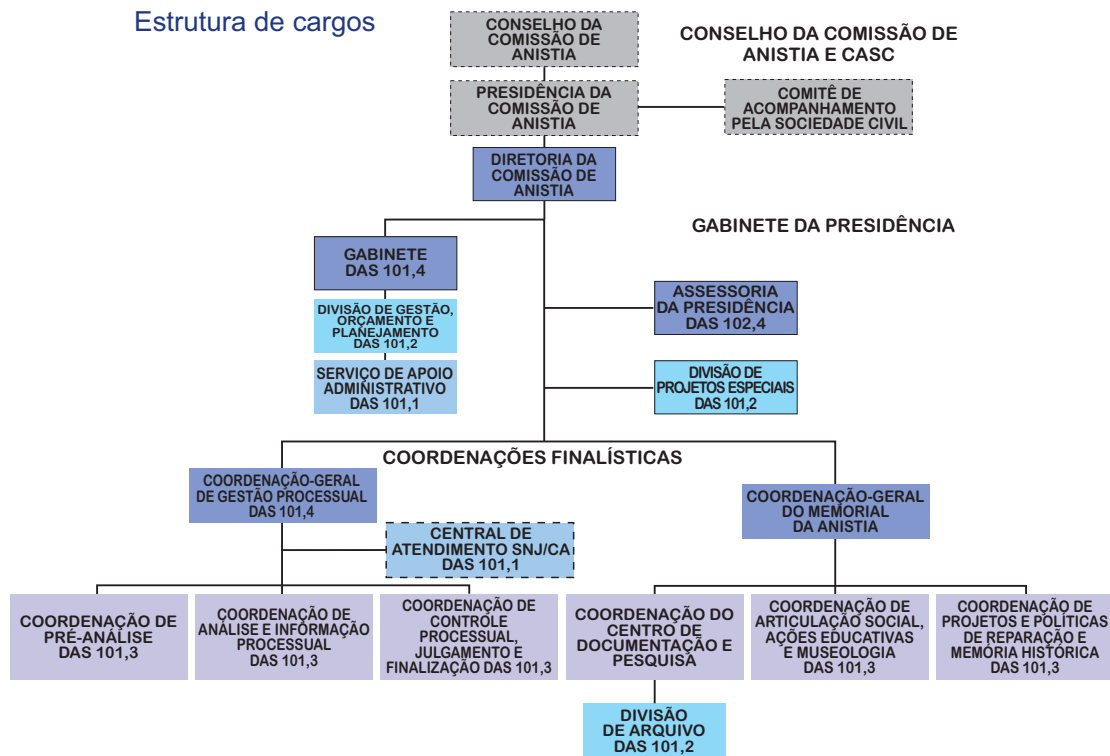
Tendo em vista o aperfeiçoamento da gestão da análise dos requerimentos, em abril de 2014, foi criada a Coordenação de Pré-análise, que pertence à estrutura da Coordenação-Geral de Gestão Processual. A Coordenação criada tem como objetivo desenvolver uma metodologia de análise dos pedidos de anistia que permita aumentar a capacidade de apreciação de processos e analisá-los a partir de critérios interpretativos gerais adaptados às especificidades de cada requerimento individual.

A metodologia desenvolvida pela Coordenação de Pré-análise se desenvolveu em torno das seguintes atividades: categorização dos pedidos em grupos temáticos e subgrupos processuais; instrução probatória direcionada para cada grupo temático; monitoramento temporal da instrução processual; aproveitamento do acervo documental temático em posse da Comissão de Anistia para instrução dos pedidos de anistia; tabulação da análise, permitindo extração de informações do andamento dessa etapa processual e a pesquisa histórica.

A aplicação dessa metodologia permitirá aumentar em 6 vezes a capacidade de julgamento, considerando-se que a média atual de 20 requerimentos julgados por sessão aumentaria para 126. No entanto, a nova metodologia não conseguiu a ampliação do número total de julgamentos em 2014, considerando que as etapas de pré-análise e das diligências direcionadas exigiram tempo considerável para serem aplicadas. Assim, espera-se que esse aumento de julgamentos se efetive em 2015.

Ainda em 2014, foi criada a Unidade Gestora Executora da Comissão de Anistia a fim de aprovar passagens aéreas, gerar empenhos e ordenar despesas, gerando maior autonomia e agilidade nos processos.

⁴ O Decreto nº 8.031, de 20 de junho de 2013 aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério da Justiça, e remaneja cargos em Comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores – DAS.



* A nomenclatura dos cargos não é definitiva, uma vez que o regimento interno do órgão está em processo de elaboração.

Explanada dos Ministérios, bloco T
Brasília, DF – CEP 70.064-900

Figura 1 – Estrutura dos cargos em 2014, de acordo com Decreto nº 8.031, de 20 de junho de 2013.

2.2. Sistema Gerencial da Comissão de Anistia

Em 2014, o Sistema de Informações da Comissão de Anistia – SINCA foi reclassificado como projeto prioritário para desenvolvimento no âmbito do Comitê de Tecnologia de Informação do Ministério da Justiça. Desse modo, o projeto anterior que havia sido interrompido em 2013, foi revisado e ficou definido que haverá uma integração do projeto SINCA com o SEI – Sistema Eletrônico de Informações, o novo sistema de protocolo do Ministério da Justiça.

O desenvolvimento do SINCA foi retomado em dezembro de 2014, com previsão de finalização no segundo semestre de 2015. Este sistema contribuirá para a celeridade da análise dos processos na medida em que será uma base de dados única para a tramitação dos processos de requerimentos de Anistia Política, quer dizer, ao reunir todas as informações de um processo, incluindo os diferentes movimentos realizados para seu julgamento, facilitará o acesso, a sistematização e o monitoramento desses processos.

Ainda no âmbito da criação de um sistema gerencial para a Comissão de Anistia, destaca-se também a finalização do processo de digitalização do acervo da Comissão de Anistia e o início da transição para tramitação eletrônica dos processos. A Comissão criou ainda um setor específico de digitalização, com procedimentos definidos, servidores e equipamentos garantidos para que os novos processos e juntadas sejam digitalizados e agregados à base de dados.

A análise dos processos em meio físico foi substituída pela análise dos arquivos digitais, aumentando a celeridade tanto para a gestão interna quanto para os julgamentos pelos conselheiros.

Também em 2014 se iniciou os trabalhos para a definição do Vocabulário Controlado, importante recurso para organizar e recuperar documentos e informações com consistência, gerando maior confiabilidade no sistema de busca de informações. Foram desenvolvidas as seguintes atividades: análise prévia do acervo (com base amostral de pelo menos 4% dos processos); definição da estrutura lógico-semântica do vocabulário controlado terminológico.

2.3. Metas de Julgamento

No ano de 2012, foi celebrado entre o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP) e o então Instituto de Desenvolvimento Gerencial (INDG), atual Falconi Consultores de Resultado, um contrato de prestação de serviços, cujos eixos de trabalho estabelecidos, priorizados pela Câmara de Políticas de Gestão, Desempenho e Competitividade, incluíam a Comissão de Anistia. A Consultoria objetivava gerar maior agilidade na tomada de decisões e no julgamento dos processos de anistia política.

Com auxílio da empresa de consultoria, foi traçada uma meta de julgamento de 1.706 processos, validada pelo Comitê de Liderança destinado a acompanhar o projeto, para o ano de 2012.

Para os anos de 2013, 2014 e 2015, a Consultoria estimou uma capacidade anual de julgamento de 1.800 processos, aos quais deveriam ser somados os processos de decisão monocrática. No entanto, tal quantitativo anual foi estimado com base na consecução de algumas ações estruturantes, como a digitalização e o recadastramento da totalidade do acervo da Comissão, bem como a construção do sistema gerencial SINCA. Como essas ações não foram implementadas integralmente em virtude de dificuldades técnicas e operacionais, aplicou-se um redutor de 30% para esses anos, totalizando uma meta de 1.260 processos para cada exercício. Aos anos de 2013 e 2014 foram somados 250 processos de decisão monocrática em cada período e, em 2015, 500, totalizando, entre os anos de 2012 e 2015, 6.605 processos.

O somatório dos valores informados abaixo totaliza a meta global descrita no PPA⁵, qual seja, julgar 6.605 processos no quadriênio 2012/2015:

- 2012 – 1.825 (requerimentos julgados);
- 2013 – 1.260 + 250 processos de decisão monocrática = 1.510;
- 2014 – 1.260 + 250 processos de decisão monocrática = 1.510;
- 2015 – 1.260 + 500 processos de decisão monocrática = 1.760.

Ressalte-se que, ao longo de seu período de funcionamento, a Comissão recebeu aproximadamente 74.400 requerimentos. Cerca de 64,500 processos já foram apreciados, restando, portanto, aproximadamente 10.000 pedidos a serem julgados.

Em 2014, a Comissão de Anistia contava com 60 servidores e com orçamento no valor de R\$ 11.208.275,00. Mesmo tendo um decréscimo no orçamento e na força de trabalho, nesse ano a Comissão apreciou 1590 requerimentos, superando a meta do PPA (Gráfico 1).

⁵ O Plano Plurianual – PPA é o instrumento de planejamento do Governo Federal que estabelece, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da Administração Pública Federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes. O Plano atual corresponde ao quadriênio 2012/2015.

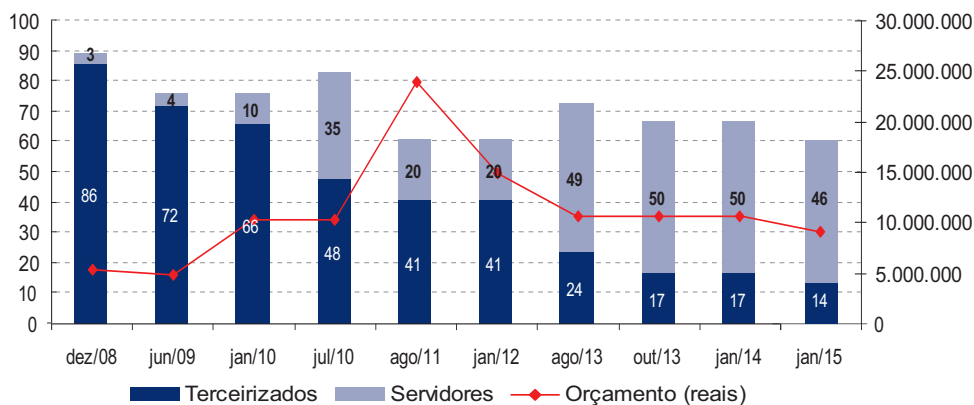


Gráfico I – Quantitativo de funcionários e orçamento anual – 2008 a 2014.

Apesar das perdas numéricas de funcionários e de orçamento, a Comissão de Anistia conseguiu otimizar seus limitados recursos – humanos e financeiros, como se demonstrará adiante.

3. Política de Reparação Econômica

3.1. O Processo de Julgamento dos Requerimentos de Anistia

A Lei nº 10.559/2002 aponta duas fases procedimentais para o cumprimento do mandato constitucional de reparação: a declaração da condição de anistiado político e a concessão de reparação econômica. A política de reparação econômica de caráter indenizatório prevê prestação mensal, permanente e continuada aos anistiados políticos que comprovam a existência de vínculos laborais à época das violações de seus direitos. Já a reparação em prestação única é concedida aos anistiados que tiveram seus direitos violados, porém, não conseguem comprovar perda de vínculo empregatício nos períodos de exceção do Estado Brasileiro.

A legislação ainda prevê direitos como a contagem de tempo de serviço para fins de aposentadoria, garantia de retorno a curso em instituição pública, o registro de diplomas universitários obtidos no exterior, a localização de restos mortais dos desaparecidos políticos e outros.

A declaração da condição de anistiado político é ato de reconhecimento do Estado ao direito à resistência dos perseguidos políticos e reconhecimento dos erros cometidos contra seus cidadãos. O processo de reconhecimento de anistiado político, assim, combina as dimensões de reparação moral e simbólica.



83ª Caravana da Anistia, Marabá/PA 21/04/2014.

O conjunto dos requerimentos de anistia política é analisado por Conselheiros e Conselheiras, responsáveis pela análise dos pedidos, pelo relato dos fatos e documentos constantes no processo, pela formação de um juízo sobre o conjunto destes, pela interpelação e escuta da manifestação do ex-perseguido e pelo debate com os demais Conselheiros sobre a possibilidade de conceder ou não o reconhecimento da condição de anistiado político – de natureza reparatória moral – e, em caso afirmativo, verificar posteriormente a pertinência do direito a uma reparação econômica⁶.

O Conselho é composto por membros da sociedade civil, nomeados pelo Ministro de Estado da Justiça, prestam serviço de relevante interesse público, *pro bono*, apreciando regularmente os requerimentos de anistia. As apreciações dividem-se em julgamentos em sessões de Turma e sessões do Plenário. As sessões de Turma são compostas por pelo menos três Conselheiros e têm o objetivo de:

- Apreciar os pedidos e emitir pareceres conclusivos sobre requerimentos de anistia;
- Requerer à Coordenação-Geral de Gestão Processual diligências e eventual oitiva de testemunhas.

As sessões de Plenário são compostas por pelo menos nove Conselheiros com o dever de:

- Apreciar os recursos relativos a processos já julgados pelas turmas;
- Emitir súmulas administrativas a pedido do Presidente da Comissão;
- Fixar interpretação da Lei nº 10.559/2002 e demais normas jurídicas correlatas;
- Estabelecer normas complementares relativas ao funcionamento da Comissão e à ordem dos trabalhos;
- Realizar sessões administrativas e audiências públicas para definir teses e consolidar entendimento sobre matérias diversas.

As sessões ocorrem no Ministério da Justiça e também são realizadas durante as Caravanas da Anistia.

A partir de 2007, a Comissão de Anistia começou a reduzir os valores médios das reparações econômicas concedidas a anistiados políticos, com vistas a adequá-las à média do mercado, portanto, à realidade social brasileira. Nesse sentido, um importante avanço foi a redução dos valores de reparações que haviam sido concedidas por outros Ministérios e até então custeados pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) – já que o direito à reparação estava previsto na Constituição de 1988, mas foi somente em 2001, com a criação da Comissão de Anistia, que essa competência foi centralizada no Ministério da Justiça.

O Conselho da Comissão de Anistia, entendendo que a ele não cabia somente recomendar a ratificação de tais pagamentos, mas também analisar a razoabilidade dos valores, sugeriu ao Ministro reduzir o valor de 129 indenizações concedidas a trabalhadores demitidos entre 1964 e 1988, diminuindo o montante das reparações de R\$ 2,2 milhões mensais para R\$ 297 mil. O impacto global da revisão gerou uma economia de R\$ 23 milhões anuais aos cofres públicos.

⁶ Para informações sobre os procedimentos para solicitar a anistia política consulte: <http://www.justica.gov.br/seus-direitos/anistia/requerimento>



84ª Caravana da Anistia, Belo Horizonte/MG.



85ª Caravana da Anistia, Ronda Alta/RS.

3.2. Requerimentos Recebidos e Julgamento de Processos

Ao longo de sua história, a Comissão recebeu 74.259 requerimentos e apreciou 64.412 processos, restando, portanto, 9.847 pedidos a serem julgados⁷ (Gráfico 2).

Grande parte das solicitações ocorreu nos primeiros anos de existência da Comissão, tendo um pico no ano de 2003, e um movimento de leve e contínua diminuição a partir de 2007:

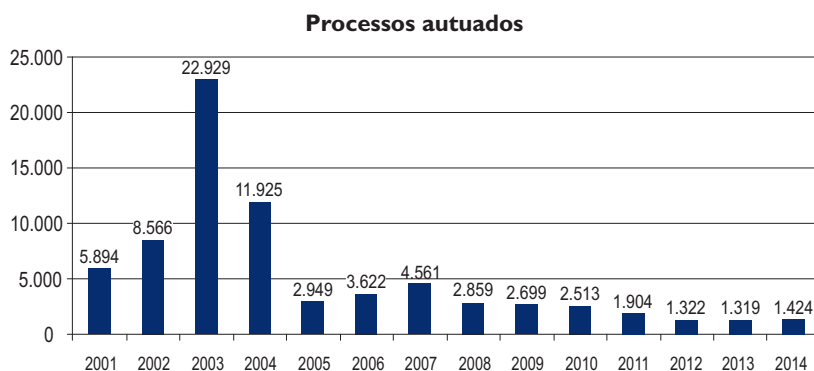


Gráfico 2 – Processos autuados 2001 a 2014.

Conforme o Gráfico 2, em 2003, a Comissão autuou o maior número de processos de sua história, 22.929. O governo que tomou posse naquele ano, historicamente alinhado à luta contra as violações de direitos na ditadura, contribuiu para aumentar a expectativa de reparação, o que explicaria esse aumento expressivo. Além disso, a institucionalização da Comissão no final de 2002 (Lei nº 10.559 de 13 de novembro) também contribuiu para dar visibilidade aos direitos dos perseguidos.

Em 2004, recebeu ainda um número elevado, 11.925, totalizando nesses dois anos cerca de 35 mil requerimentos de anistia, o que equivale a quase metade do total do acervo atual (73 mil).

⁷ É importante destacar que os dados do programa de reparação material devem ser lidos como aproximativos, podendo sofrer alteração após a conclusão do recadastramento que está em andamento desde 2014 como parte do processo de desenvolvimento do SINCA

Já no ano seguinte, em 2005, houve queda significativa desse montante, passando de 11.925 para apenas 2.949 processos. Embora se observe um novo aumento entre 2006 e 2007, a partir de 2007 há uma clara tendência de diminuição do número de ingresso de requerimentos. Esta diminuição contínua não deve ser entendida como problema, mas como movimento natural do tipo de ação ao qual se refere: solicitação de anistia política aos perseguidos e/ou atingidos pela violência estatal entre 1946 e 1988. Não se trata de uma projeto *ad infinitum*, mas de uma ação de reconhecimento e reparação bastante específica, dirigida a um público já adulto – ainda que em muitos casos familiares também possam requerer. Noutras palavras, os dados revelam que provavelmente o maior número de vítimas de violações já entrou com seu pedido na Comissão.

Desses requerimentos recebidos (74.259), cerca de 64.500 já foram apreciados, restando, portanto, em torno de 13% de pedidos para serem julgados. Este dado, por si só, indica que a Comissão de Anistia tem alcançado bons índices de eficiência – sobretudo, considerando-se que até muito recentemente havia sérias fragilidades em sua estrutura organizacional e que os processos de informatização ainda não estão concluídos.

Em 2014, a Comissão de Anistia apreciou 1590 requerimentos (em sessões de turma, em plenárias, e em Caravanas), superando a meta do PPA de 1.510 processos que definida a partir do redutor de 30% em cima da meta definida pela consultoria INDG.

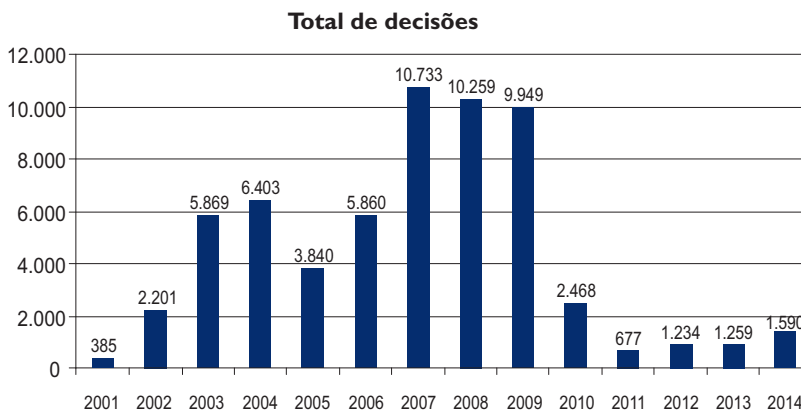


Gráfico 3 – Total de decisões 2001 a 2014.

Os dados indicam que a Comissão de Anistia conseguiu recuperar consideravelmente sua capacidade de análise processual após o ano de 2011, marcado pelas reestruturações no quadro de funcionários e fluxos de trabalho. Os Gráficos 6 e 7 apresentam este cenário a partir do número de processos a serem apreciados⁸ e o número de decisões (julgamentos) obtidas em cada ano:

⁸ A variável “número de processos a serem apreciados” foi construída pela soma entre os requerimentos remanescentes do ano que se finalizou e os requerimentos atuados no ano de referência.

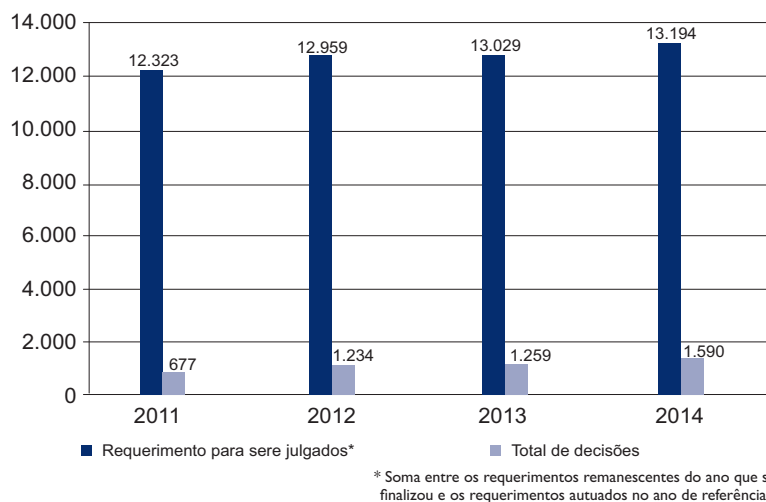


Gráfico 4 – Requerimentos a serem julgados e decisões.

Conforme indica o Gráfico 4, o ano de 2011 apresenta um número de decisões que é aproximadamente a metade dos valores obtidos nos anos seguintes. Como já destacado, este ano foi marcado pelos processos de reestruturação no quadro funcional e nos fluxos de trabalho. O Gráfico 6 resume em porcentagem este cenário, revelando como as mudanças na estrutura organizacional afetaram a capacidade de análise, mas também como a capacidade de análise voltou a crescer nos últimos 3 anos de execução (2012 – 2014):

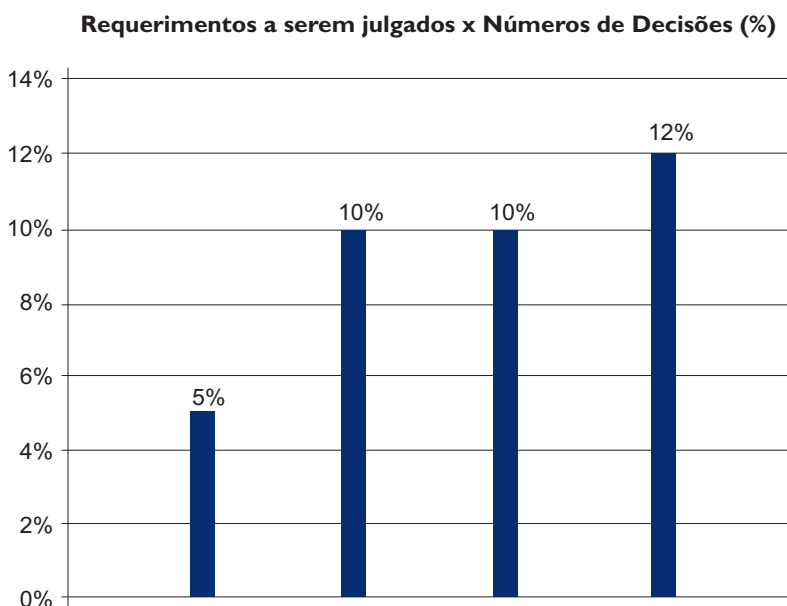


Gráfico 5 – Capacidade de análise processual.

O crescimento da capacidade de análise processual a partir de 2012 é de 100% em relação a 2011. Em que pese os prejuízos causados pela descontinuidade da equipe, em longo prazo, quando são preenchidas as lacunas de competências por meio de capacitação e da aprendizagem organizacional, a tendência é aumentar esse número.

Feitas estas considerações mais gerais acerca do alcance de metas de julgamento, observaremos alguns detalhes dos dados de julgamento em 2014. Neste ano, foram publicadas 1.116 portarias, das quais 704 foram indeferidas e 462 declarações:

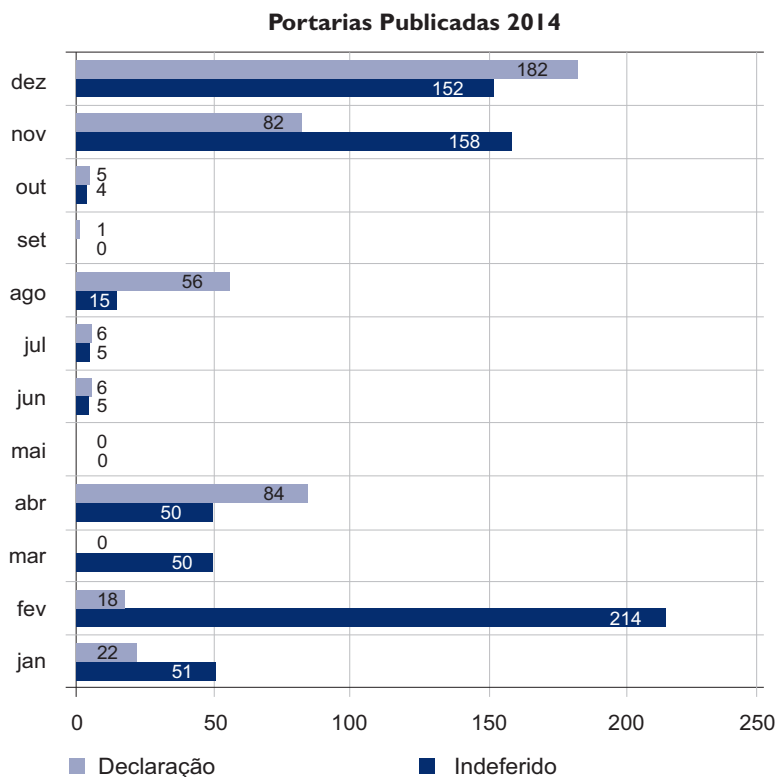


Gráfico 6 – Portarias publicadas em 2014.

Conforme se observa, ao longo do ano, os meses iniciais e finais tiveram um maior número de portarias publicadas. No somatório desses dados, temos a seguinte situação:

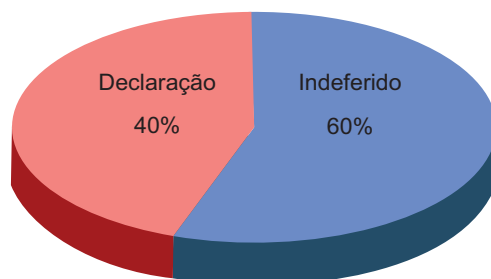


Gráfico 7 – Portarias publicadas (%).

Também se tem os dados referentes a outros tipos de decisão:

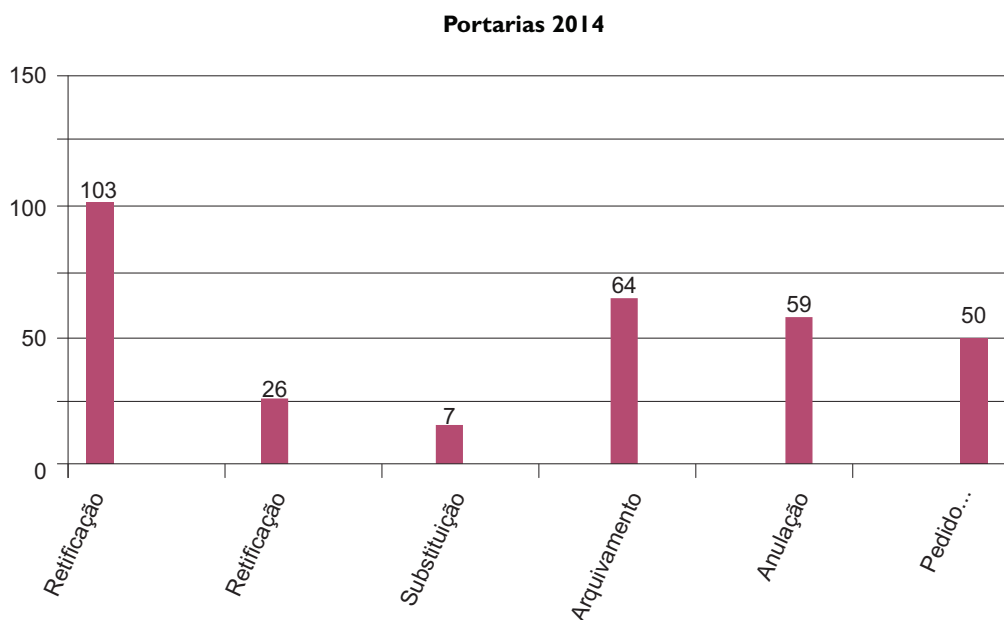


Gráfico 8 – Portarias publicadas – outros.

Ainda que se possa observar que o número de ratificações (confirmações da sentença) é bem maior que o de retificações (correções/alterações da sentença), todos estes números são pequenos se comparados aos das publicações de declaração ou indeferimento. Basta observar que num ano com 704 indeferimentos, tem-se apenas 50 casos de pedidos de reconsideração.

Outro dado interessante diz respeito ao tipo de reparação concedido: se Prestação Mensal Permanente e Continuada (PMPC) ou Parcela Única (PU). Em 2014, foi concedida a reparação via PMPC para 320 casos e, via PU, para 200 casos. Em porcentagem isto significou:

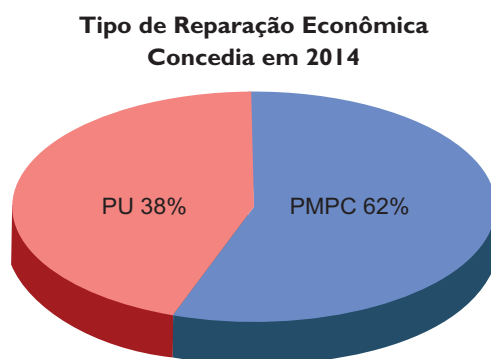


Gráfico 8 – Tipos de reparação econômica concedida.

Considerando-se o ano de 2014 como referência, tem-se que, ao contrário do que imagina o senso comum, o maior número de requerimentos é indeferido. Dos requerimentos concedidos, pouco mais de 60% foram de prestação mensal continuada.

Diante do exposto, conclui-se que no ano 2014 o Programa de Reparação Econômica obteve considerável sucesso em relação às metas de julgamentos.

4. Reparação Moral, Simbólica e Psíquica

Os programas da Comissão de Anistia combinam diferentes dimensões da Justiça de Transição, como o direito à verdade e a promoção da memória, e dimensões da reparação: econômica, moral, simbólica, coletiva e psicológica. Um mesmo programa é orientado por várias dessas diretrizes.

As Caravanas da Anistia, por exemplo, em que os processos são apreciados nos locais onde as violações ocorreram, permitem combinar os processos de reparação econômica, moral e simbólica. Também se efetiva o direito à memória e verdade, por meio do esclarecimento histórico e reflexão, junto aos atores locais, sobre o impacto que o autoritarismo teve em cada comunidade. Constitui ainda uma ação educativa ao trazer ao público as narrativas dos perseguidos e promover o debate dos atos visando o comprometimento com o Estado democrático de Direito.



87ª Caravana da Anistia, Brasília/DF

A própria decisão do julgamento combina reparação econômica (remuneratória), moral (desculpas pelos atos do Estado) e simbólica (reconhecimento de anistiado político).

4.1. Memorial da Anistia Política do Brasil

O projeto do Memorial da Anistia Política do Brasil, criado em maio de 2008, em parceria com a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e com o apoio da Secretaria de Patrimônio da União, a Prefeitura de Belo Horizonte e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), tem como objetivo construir um espaço de memória e consciência, com sede na cidade de Belo Horizonte, destinado a preservar o legado e o acervo da Comissão de Anistia, bem como a servir de instrumento simbólico de reparação moral àqueles que foram perseguidos e tiveram seus direitos violados durante os governos ditatoriais, desde 1946 até a promulgação da Constituição, em 1988.

Em 2012, foram concluídos os projetos executivos finais e a orçamentação das obras para reforma, adaptações ao uso e novas edificações do complexo do Memorial da Anistia. As obras foram iniciadas em dezembro daquele ano.

Em 2013, a construtora contratada pela UFMG deu andamento ao cronograma físico-financeiro elaborado, e foi contratada a empresa responsável pelo desenvolvimento do projeto museográfico, área em que se avançou em 2014 com a contratação, via PNUD, de dois consultores técnicos especializados em museografia, que devem apoiar a produção da exposição de longa duração.

No que tange aos recursos investidos, em 2014, a Comissão de Anistia repassou para a UFMG R\$ 5.292.000,00. Assim, até 30 de junho de 2014, o valor total repassado equivale a R\$ 18.434.387,00, o que corresponde a 71,8% do valor atualizado do projeto (R\$ 25.666.282,44). Parte dos recursos repassados neste ano são oriundos de emenda parlamentar.



Memorial da Anistia em construção, 2014.

Outra iniciativa visando à implementação do projeto do Memorial da Anistia foi a edição da Portaria nº 8, de 9 de julho de 2014, que reconheceu a legitimidade da Associação de Amigos do Memorial da Anistia Política do Brasil (AAMA) para apoiar e colaborar com as atividades relacionadas ao projeto, nos termos do art. 50 e seguintes da Lei nº 11.904/2009, e do art. 31 do Decreto nº 8.124/2013.



Memorial da Anistia em construção, 2014.

O Memorial da Anistia Política do Brasil também prevê em seu projeto espaço para armazenamento de acervo documental, área de consulta, grupos de pesquisa, espaços expositivos e de interação com o visitante.



Memorial da Anistia em construção, 2014.

4.1.1. Projeto Museográfico

O apoio à proposta de museografia para o Memorial foi viabilizado por meio da contratação de dois consultores especialistas pelo projeto de cooperação técnica para o intercâmbio internacional, desenvolvimento e ampliação das políticas de Justiça Transicional no Brasil (PRODOC BRA/08/021), firmado entre a Comissão de Anistia e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD.

A contratação da consultoria para pesquisar e organizar material historiográfico e museográfico visando reunir conteúdos para compor o acervo do Memorial da Anistia Política do Brasil, bem como apoiar as equipes curatorial e museográfica, auxiliando também na produção da exposição de longa duração que ocupará as dependências do Memorial, em Belo Horizonte, Minas Gerais. Os trabalhos de pesquisa, conduzidos sob a orientação do Comitê Curador do Memorial, tendo como base o documento intitulado Mapa Curatorial, e da museógrafa responsável pelo desenvolvimento da exposição museográfica, utilizaram-se de maneira privilegiada o acervo da Comissão de Anistia, mas também diversos outros acervos referentes à temática. Além disso, é importante registrar que outras contratações previstas para apoio ao Memorial da Anistia tiveram de ser deixadas para outro momento, em razão de atrasos já esperados nas obras daquele projeto de memória.

Em termos específicos, a consultoria objetiva:

- Elaborar o levantamento de dados gerais e específicos do acervo da Comissão da Anistia a fim de selecionar e expor conteúdos como áudios, vídeos, objetos, relatos, imagens e depoimentos;
- Classificar fontes de pesquisas prioritárias tais como acervos de bibliotecas, universidades, arquivos públicos e particulares, comissões da verdade estaduais, o tipo de material disponível nesses acervos, assim como apontar as exigências e regras para obtenção dos conteúdos pelo Memorial;
- Investigar e identificar, em projetos da Comissão da Anistia como as Caravanas da Anistia, Clínicas do Testemunho, Cooperação Internacional e Marcas da Memória, conteúdos para auxiliar a exposição de longa duração;

- Identificar, no Mapa Curatorial e propostas museográficas e de curadoria, critérios de escolha de conteúdos para as salas da exposição;
- Produzir relatório composto de descrições e dimensões de materiais assim como providências para obtenção de acervos a serem aprovados pela curadoria;
- Elaborar produto final com definições de acervo e plano de implementação para os eixos curatoriais das salas.

Estão sendo feitas pesquisas de fontes, identificando propostas de conteúdos, bem como critérios para sua seleção, visando à constituição de acervo para as salas “Brasil Inquieto”, “Golpe e Ditadura” e “As Resistências e seus atores sociais”, “Testemunhos de Lutas”, “Repressões e Resistência”, “A Luta Pela Anistia no Brasil” e “Políticas de reparação no mundo”. Até dezembro foram entregues e aprovados três produtos parciais.

O projeto final será entregue em março de 2015 e deverá ser validado pelo Comitê Curador do Memorial.

4.2. Projeto Marcas da Memória

“A Anistia no Brasil significa memória”

O projeto Marcas da Memória tem como objetivo principal dar visibilidade à memória das vítimas que tiveram sua voz calada no período ditatorial, construindo um acervo de fontes escritas, orais e audiovisuais com critérios teóricos e metodológicos próprios de registro e organização. Tal acervo será disponibilizado para consulta pública e pesquisa no Centro de Documentação e Pesquisa do Memorial da Anistia Política do Brasil.

No ano de 2014, estavam em execução 24 instrumentos de repasse, entre convênios, termos de parceria e termos de cooperação. Um deles havia sido firmado em 2011, outros nove em 2012, onze em 2013, e três em 2014.

No acumulado a partir de 1º de janeiro de 2010, foram firmados 60 instrumentos de repasse com objetos relacionados à temática da anistia e da Justiça de Transição (Quadro I).

Quadro I – Número de ajustes e valores – 2010 a 2014

Parcerias celebradas*	2010	2011	2012	2013	2014
Número	10	21	15	11	3
Repasses* (R\$)	2.823.325,22	6.324.059,96	6.459.511,65	2.968.384,68	1.463.602,24

*Estes valores referem-se apenas à celebração, não estão inclusos valores de termos aditivos.

Com a ampliação do acesso público aos trabalhos da Comissão, cresceram os relatos das arbitrariedades cometidas no regime ditatorial. Mas também se pôde romper o silêncio para ouvir centenas de depoimentos sobre resistência.

Neste contexto, é que se insere o projeto Marcas da Memória, que promove ações em quatro campos:

- *Audiências públicas*: atos e eventos para promover processos de escuta pública dos perseguidos políticos sobre o passado e suas relações com o presente;
- *História oral*: entrevistas com perseguidos políticos baseadas em critérios teórico-metodológicos próprios da História Oral. Todos os produtos ficam disponíveis no

Memorial da Anistia e poderão ser disponibilizadas nas bibliotecas e centros de pesquisa das universidades participantes do projeto para acesso da juventude, sociedade e pesquisadores em geral;

- *Chamadas públicas de fomento a iniciativas da sociedade civil:* por meio de Chamadas públicas, são selecionados projetos de preservação, de memória, de divulgação e difusão advindos de entidades privadas sem fins lucrativos. Os projetos desenvolvidos envolvem filmes-documentários, publicações, exposições artísticas e fotográficas, palestras, musicais, restauração de filmes, preservação de acervos, locais de memória, produções teatrais e materiais didáticos;
- *Publicações:* coleções de livros de memórias dos perseguidos políticos; dissertações e teses de doutorado sobre o período da ditadura e a anistia no Brasil; reimpressões ou republicações de outras obras e textos históricos e relevantes; registros de anais de diferentes eventos sobre anistia política e justiça de transição. Sem fins comerciais ou lucrativos, todas as publicações são distribuídas gratuitamente, especialmente para escolas e universidades.

Com isso, o projeto Marcas da Memória permite que a sociedade conheça o passado e extraia lições para o futuro, reiterando a premissa de que apenas conhecendo o arbítrio estatal do passado podemos evitar sua repetição no futuro, fazendo da anistia política um caminho para a reflexão crítica e o aprimoramento das instituições democráticas.

Em 2014, foram firmadas parcerias para realização de três projetos, conforme Quadro 2.

Quadro 2 – Parcerias celebradas em 2014

Parceiro	Projeto	Objeto
Ministério das Relações Exteriores	Mostra de Cinema Marcas da Memória em Cuba, 50 Anos do Golpe no Brasil	Realização de Mostra de Cinema com filmes do Projeto Marcas da Memória em Havana, Cuba.
Fundação Universidade de Brasília – FUB/UNB	Introdução crítica ao Direito: Justiça de Transição na América Latina	Realização de curso de extensão à distancia gratuito para a comunidade acadêmica; impressão de um livro e a produção de um vídeo documentário.
Empresa Brasil de Comunicação – EBC	Sonhos interrompidos	Produção de um longa e cinco episódios da série “Sonhos interrompidos” (Silvio Tendler)

É importante observar que o projeto Marcas da Memória sofreu uma desaceleração em 2014 – como se observa, foram celebrados apenas três instrumentos de repasse, mais especificamente, por meio de termos de cooperação com entes federais. Os seguintes fatores explicam este cenário: o alto número de atividades em alusão aos 50 Anos do Golpe, conjugada à pequena estrutura de recursos humanos, limitou a capacidade da Comissão de Anistia se envolver em muitos outros projetos; considerável corte de orçamento também gerou impactos nos projetos de memória. Assim, diante do pequeno recurso existente para investir no projeto Marcas da Memória, a Comissão de Anistia optou por firmar termos de cooperação com entes federados.

Os projetos que foram finalizados em 2014 estão descritos no Quadro 3, bem como os produtos e resultados obtidos.

Quadro 3 – Projetos finalizados do Marcas da Memória em 2014

Parceiro	Projeto	Objeto	Entregas de 2014
Agência Livre para a Informação, Cidadania e Educação – ALICE (RS)	“Trilhas da Anistia – Marcas de Caravanas e Recontes de Histórias”	Criar 10 marcos/totens em locais públicos de grande circulação. Serão instalados 7 em cidades por onde a Caravana passará e 3 por onde já passou.	Inauguração de 5 monumentos em homenagem à resistência e à luta pela anistia em Recife, Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre e Florianópolis.
Centro de Imprensa Assessoria e Rádio – CRIAR Brasil (RJ)	“Nossas histórias”	Produção de filmes e spots de rádio sobre três pessoas anônimas e desconhecidas com trajetórias emblemáticas na luta contra a ditadura.	Longa-metragem, três curtas e três spots de rádio sobre Angelina Dutra, Damaris Lucena e Theodoro Brito.
Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB (DF)	“Memória e Compromisso: relembrar o papel dos cristãos, no processo de anistia política e na reconstrução democrática do Brasil”	Realização de um seminário nacional e de cinco seminários regionais que discutam a experiência de cristãos em Justiça de Transição.	Seminários regionais em Belém, Recife, São Paulo e Porto Alegre.
Sociedade DHPAZ – Direitos Humanos para a Paz (PR)	“Depoimentos para a História: a resistência à ditadura militar no Paraná”	Elaboração e impressão de livro de testemunhos de pessoas que foram perseguidas em cidades do Paraná durante a ditadura militar.	Livro Depoimentos para História: a resistência à ditadura militar no Paraná Depoimentos e livro também disponíveis no site do DHPAZ.
Associação de Amigos do Arquivo do Estado de São Paulo (SP)	“Digitalização e Disponibilização da Série Prontuários do Fundo DEOPS”	Digitalização de 150 mil fichas remissivas dos Dossiês da Delegacia Especializada de Ordem Social do Departamento de Ordem Política e Social de São Paulo (DEOPS), assim como, cerca de 150 mil imagens de documentos pertencentes a estes Dossiês (correspondendo aproximadamente a 1000 dossiês) para os quais as fichas remetem.	Digitalização de 81.812 fichas remissivas dos Dossiês da Delegacia Especializada de Ordem Política e Social de São Paulo, assim como, 147.000 imagens de documentos pertencentes a estes dossiês as quais as fichas remetem. Disponibilização de acervo no site do Arquivo Público do Estado SP.
Instituto Cultura em Movimento – ICEM (RJ)	“Cinema Pela Verdade – 3ª Edição”	Sessões de cinema seguidas de debate.	Sessões de cinema seguidas de debate. Filmes: Repare Bem, de Maria de Medeiros; Ainda existem perseguidos políticos, do Coletivo Catarse; e Camponeses do Araguaia: A guerrilha vista por dentro, de Vandrê Fernandes Barros.

Parceiro	Projeto	Objeto	Entregas de 2014
Instituto Ensaio Aberto – IEA (RJ)	“Depois do Golpe – 1964 / 50 Anos, Memória, Verdade e Justiça”	Exposição fixa de 30 dias sobre a atmosfera cultural no Brasil dos anos 60 e 70, com 12 ambientes, mesas redondas, intervenções cênicas e mostra de filmes.	Exposição fixa de 23 dias sobre a atmosfera cultural no Brasil dos anos 60 e 70, com 12 ambientes, mesas redondas, intervenções cênicas e mostra de filmes.
Núcleo de Pesquisa e Produção em Educação e Cidadania – NUPPEC (RJ)	“500 – Os bebês roubados pela ditadura Argentina”	Filme sobre as “Avós da Praça de Maio” na busca por crianças nascidas em prisões clandestinas na ditadura Argentina.	Filme 500 – Os bebês roubados pela ditadura Argentina.
Centro de Direitos Humanos de Palmas (TO)	“Memória, Verdade e Justiça no Estado do Tocantins”	Pesquisa, publicações impressas e digitais, vídeo-documentário e 2 eventos sobre a ditadura militar no Tocantins.	Pesquisa, vídeo-documentário “Labirinto de Papel” e 2 eventos sobre a ditadura militar no Tocantins.
Associação de Pesquisadores Sem Fronteira – PSF (SP)	“Morro como um País: 50 Anos do Golpe”	Circular um conjunto de ações culturais gratuitas sobre violações de direitos humanos, por 4 Estados – CE, DF, SP e RJ – com teatro, intervenções cênico-pedagógicas, debates e exposições de filmes.	A peça Morro como um país, a intervenção cênica Três metros quadrados e outras atividades foram realizadas em São Paulo, Rio de Janeiro, Ceará, Paraíba e Distrito Federal.
Empresa Brasil de Comunicação – EBC (DF)	“Os Advogados contra a Ditadura, por uma questão de Justiça” e “Os Militares da Democracia”	Produção de duas séries televisivas, que serão transformadas em dois longas-metragens.	Filmes longa metragens e séries para televisão “Os advogados contra a ditadura: Por uma questão de Justiça” e “Os militares da democracia: os militares que disserão não”.
Universidade Federal da Paraíba – UFPB (PB)	“Memória do Brasil durante a Ditadura Militar e a Justiça de Transição”	Publicação de obras que tratam da história e memória do Brasil durante a Ditadura Militar e a Justiça de Transição, especificamente a reedição de 4 livros publicados originalmente pela Fundação Lelio e Lisli Basso (Roma-Itália) e edição do livro original “Justiça de Transição: Direito à Justiça, à Memória e à Verdade”, e e-book “Anais do VII Seminário Internacional de Direitos Humanos”, totalizando cinco (05) obras impressas e uma (01) virtual.	Reedição dos livros: 1- Brasil, violação dos direitos do homem; 2- Chile, Bolívia, Uruguai: violações do direito do homem; 3 – As multinacionais na América Latina; 4 – Contra-revolução na América Latina. Subversão militar e instrumentalização dos sindicatos. Produção do livro: Justiça de Transição: Direito à Justiça, à Memória e à Verdade. Produção do e-book: Anais do VII Seminário Internacional de Direitos Humanos.

Parceiro	Projeto	Objeto	Entregas de 2014
Universidade Federal do Rio de Janeiro (RJ)	“Retratos da Ditadura”	Finalizar versão longa (75 minutos) do filme Retratos, montar uma versão mais curta para televisão (52 minutos), realizar a exposição-instalação “Arquivos da ditadura”, e distribuir o filme junto a canais de televisão, instituições, universidades, mostras e redes sociais.	Exposição Arquivos da Ditadura e Filme Retratos de Identificação.
Universidade de Brasília – UnB (DF)	“Observatório e Rede Latino-americana de Justiça de Transição”	Atuar como secretaria executiva da Rede Latino-americana de Justiça de Transição e manter o site do observatório: http://www.rljat.com/	Termo de Cooperação vigente por 24 meses, mantendo o Observatório RLJAT e promovendo seminários sobre a temática
KOINONIA – Presença Ecumênica e Serviço	Memórias Ecumênicas Protestantes no Brasil: dos Porões da Ditadura à Redemocratização	Registro de depoimentos, filmes, site, livro e seminário sobre a memória da participação protestante na luta pela democracia durante a ditadura.	Seminário Protestantes, democracia e ditadura: realizado em 11 e 12/12/2014, no Rio de Janeiro. Livro “Memórias Ecumênicas Protestantes” e filmes “Muros e pontes: Memória Protestante na Ditadura” e “Juventude Ecumênica Hoje”.
Instituto de Comunicação, Estudos e Consultoria	Lugares de memória no Cone Sul	Filme “Uma dor suspensa no tempo”.	O documentário, que foi rodado em cinco países – Brasil, Argentina, Chile, Uruguai e Paraguai, relata a história de vítimas de ditaduras militares no Cone Sul entre os anos de 1954 e 1990.

4.2.1. Mostra de Cinema Marcas da Memória

A Mostra de Cinema Marcas da Memória tem como objetivo promover sessões públicas e gratuitas de filmes, dedicados à memória e à reflexão crítica sobre os regimes de exceção vividos na América do Sul, em especial no Brasil, e seus reflexos no presente. A Mostra é constituída por filmes produzidos pelo projeto Marcas da Memória da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça.

A Mostra também pode ser realizada em parceria com órgãos governamentais e instituições privadas e da sociedade civil, com doze filmes em programação gratuita a ser definida conforme as disponibilidades dos parceiros. Os filmes selecionados pertencem ao acervo do Centro de Documentação e Pesquisa do Memorial da Anistia. Todos os direitos autorais pertencem à Comissão de Anistia do Ministério da Justiça que autorizará a exibição pública pelos parceiros que aderirem à Mostra de Cinema Marcas da Memória.

Em 2014, foram distribuídos mais de 160 kits com 12 dos filmes, totalizando a distribuição de 1.920 DVDs.

Mostra de Cinema Marcas da Memória: filmes exibidos em 2014

“Repare Bem” (2012; 105 min; 10 anos)

Direção: Maria de Medeiros

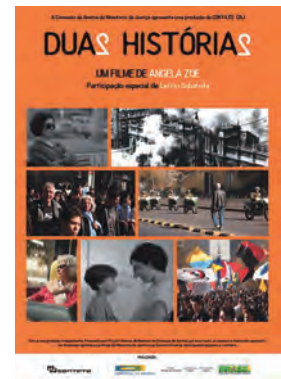
Sinopse: Neste filme, vencedor do kikito de melhor filme no Festival de Gramado de 2013, a diretora Maria de Medeiros realiza o documentário sobre ditadura, por meio da história de três gerações de mulheres. As câmeras registraram em Roma e em Joure, no norte da Holanda, os testemunhos de Denise Crispim e de sua filha, Eduarda Ditta Crispim Leite. Apesar de longe do Brasil, suas palavras, que falam de exílio e de memória, levam-nos a um mergulho profundo na história do Brasil, dos anos 1970 até a atualidade. Denise já nasce clandestina em 1949. Seus pais, extremamente politizados, lutaram por uma vida mais justa e são, por isso, perseguidos por sucessivas ditaduras. Aos 20 anos, Denise torna-se companheira de um guerrilheiro, Eduardo Leite, morto no governo militar brasileiro. Ao fugir para o Chile, reencontra seus pais, também exilados. Lá, ao lado da filha Eduarda, Denise e a mãe vivem a repressão de Pinochet e se separam novamente, para viver na Europa.



“Duas Histórias” (2012; 52 min; 10 anos)

Direção: Ângela Zoé

Sinopse: Tendo como linha condutora a trajetória de dois militantes socialistas na luta contra a ditadura militar brasileira. O filme narra duas experiências diferentes, pois diferentes eram as concepções políticas que orientavam a resistência à ditadura. Mas são iguais na coragem, na dor, na sobrevivência e superação. Uma mulher e seu filho. Um homem. Diversas estradas, chegadas, partidas, fugas, fatos e encontros inesperados. Brasil, Argentina, Chile, outros exílios e finalmente a vitória e a alegria do retorno ao Brasil. Para recomeçar.



“Damas da Liberdade” (2012; 28 min; Livre)

Direção: Célia Gurgel e Joe Pimentel

Sinopse: Através de narrativas de mulheres do Movimento Feminino pela Anistia e do Comitê Brasileiro pela Anistia é contada a história da luta pela anistia no Brasil nos anos de 1970, reacendendo o debate sobre um período de repressão e medo que o país jamais deverá esquecer.



“Vou contar para os meus filhos” (2011; 24min; 10 anos)

Direção: Tuca Siqueira

Sinopse: Entre 1969 e 1979, 24 jovens mulheres estiveram presas na Colônia Penal Feminina do Bom Pastor, em Recife (PE), porque lutavam por igualdade social e pela democracia em uma época em que o Brasil enfrentava uma ditadura militar. Passados 40 anos, o reencontro delas, que hoje moram em diferentes estados do país, traz de volta não apenas os laços de solidariedade que surgiram no presídio, mas também a lembrança de um Brasil que tentou calar vozes e violentar sonhos. Este é um filme-memória indispensável para quem acredita na força de um ideal e da consciência política de um povo. Para quem não duvida que o tempo e a distância são incapazes de abalar amizades verdadeiras. Uma história para jovens e adultos que deve se manter viva por gerações.



“O fim do esquecimento” (2012; 54 min; 12 anos)

Direção: Renato Tapajós

Sinopse: O filme procura personagens que participaram do Tribunal Tiradentes e outros que se destacaram na luta pelos Direitos Humanos, para retomar a questão da Doutrina de Segurança Nacional, depois de três décadas. Investiga os resquícios daquela doutrina nos dias de hoje, aborda a tentativa das classes dominantes de, depois que os militares saíram do poder, promover o esquecimento dos graves fatos ocorridos durante a ditadura e constata que, finalmente, o esquecimento está sendo combatido por diversas instituições e pessoas, sobretudo pelos jovens.



“A Mesa Vermelha” (2012; 78 min; 10 anos)

Direção: Tuca Siqueira

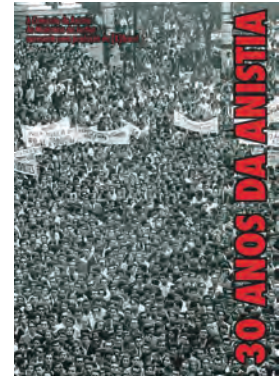
Sinopse: Uma mesa vermelha é a palavra de 23 ex-presos políticos. No documentário, senhores jovens subversivos comentam sobre a convivência nos presídios masculinos pernambucanos durante o período militar. Da chegada ao cárcere, do afeto, da greve de fome, do papel dos coletivos dentro da cadeia. O sentimento de pertencimento é o que move este filme. Aos personagens, o pertencimento a uma geração e a história de um tempo sombrio narrada a partir de depoimentos, recordações e denúncias de ex-presos políticos que pelos porões de torturas do DOI-CODI e DOPS do Recife, além de longa temporada carcerária entre a ex-Casa de Detenção do Recife (hoje Casa da Cultura) e a ainda atual Penitenciária Barreto Campelo, em Itamaracá – PE.



“Anistia 30 anos” (2009; 17 min; 12 anos)

Direção: Luiz Fernando Lobo

Sinopse: O filme retrata a história da Ditadura Militar no Brasil, a luta do povo brasileiro pela liberdade, pela Anistia. Durante um período sombrio da história do Brasil, ouve-se um grito de esperança e justiça, o povo reivindicou seus direitos e conseguiu. Foram criadas a Lei da Anistia e a Comissão de Anistia, posteriormente.



“Eu me lembro” (2012; 96 min; 12 anos)

Direção: Luiz Fernando Lobo

Sinopse: “Eu me Lembro” é um documentário sobre os cinco anos das Caravanas da Anistia e reconstrói a luta dos perseguidos por reparação, memória, verdade e justiça, com imagens de arquivo e de entrevistas em 94 minutos.



“Ainda hoje existem perseguidos políticos” (2012, 54 min; 10 anos)

Direção: Coletivo Catarse

Sinopse: O documentário tem por objetivo fomentar o debate sobre a ausência de uma efetiva transição democrática no Brasil, pós-Ditadura Civil-Militar implantada no País a partir de 1964. Identifica semelhanças no agir do Estado no passado e atualmente, demonstrando que a cultura do autoritarismo permanece arraigada em algumas instituições do Estado brasileiro. Apresenta também imagens do projeto que levou este debate para os mais variados públicos (quilombolas, universitário, LGBTT, assentados do MST, comunidades periféricas etc.) desenvolvido pela Acesso – Cidadania e Direitos Humanos em parceria com a Comissão de Anistia.



“Se um de nós se cala” (2013, 68 min; 10 anos)

Direção: Célia Maria Alves e Vera Côrtes

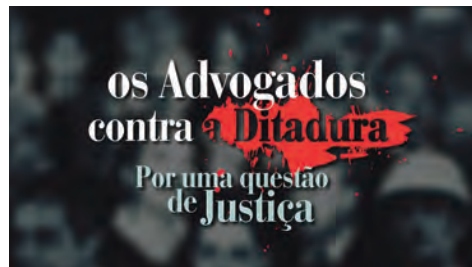
Sinopse: Se um de nós se cala insere Goiás no contexto do golpe militar de 1964. A partir de relatos de anistiados que à época eram jovens estudantes e militantes políticos, o documentário resgata e revela os motivos pelos quais Goiás foi o único estado brasileiro que sofreu intervenção militar e como a ditadura foi cruel com os brasileiros e goianos que ousaram não se calar.



“Os Advogados contra a Ditadura: por uma questão de Justiça” (2013, 130 min; 12 anos)

Direção: Silvio Tendler

Sinopse: Com a instauração da ditadura militar através de um golpe das Forças Armadas do Brasil, no período entre 1964 e 1985, o papel dos advogados na defesa dos direitos e garantias dos cidadãos foi fundamental no confronto com a repressão, ameaças e todo tipo de restrições. Advogados contra a ditadura propõe uma profunda reflexão sobre a época em questão, relembrando, através de depoimentos e registros de arquivos, a relevante e ativa participação dos advogados contra as imposições do autoritarismo e na luta pela liberdade.



“Militares da Democracia: os militares que disseram NÃO” (2013, 100 min; 12 anos)

Direção: Sílvio Tendler

Sinopse: Eles lutaram pela Constituição, pela legalidade e contra o golpe de 1964, mas a sociedade brasileira pouco ou nada sabe a respeito dos oficiais que, até hoje, ainda buscam justiça e reconhecimento na história do país. Militares da Democracia resgata, através de depoimentos e registros de arquivos, as memórias repudiadas, sufocadas e despercebidas dos militares perseguidos, cassados, torturados e mortos, por defenderem a ordem constitucional e uma sociedade livre e democrática.



“Setenta” (2014, 96 min; 12 anos)

Direção: Emília Silveira

Sinopse: No dia 7 de dezembro de 1970 grupos de combate à ditadura capturam o embaixador suíço no Brasil. Começava o mais longo sequestro político da história do país. Os sequestradores queriam a liberdade de setenta presos políticos. Conseguiram. No dia 14 de janeiro de 1971, foram embarcados num avião para o Chile. Dois dias depois, o embaixador foi libertado. O filme vai reencontrar 18 personagens desta história, quarenta anos depois.



4.2.2. Projeto Circuito Universitário de Cinema

O projeto tem por objetivo principal fomentar, no ambiente acadêmico, o diálogo e a reflexão sobre questões de interesse nacional e histórico abordadas nas obras a

serem exibidas durante as atividades, despertando nos jovens o interesse pela história de seu país. A Mostra representa espaço de comunicabilidade, constituindo-se em instrumento de divulgação e multiplicação da temática da ditadura civil-militar para instituições de ensino.

Nessa primeira edição, o projeto realizado pela MPC & Associados com o patrocínio da Petrobras e apoio do projeto Marcas da Memória, exibiu os documentários: “500 – Os Bebês Roubados pela Ditadura Argentina” de Alexandre Valenti, “70 – Setenta” de Emília Silveira e “Duas Histórias” de Angela Zoe.

Foram realizadas 135 sessões em 50 instituições de ensino com a estimativa de público em torno de 10.800 espectadores. As exhibições dos filmes foram gratuitas e abertas ao público e após as sessões houveram debates promovidos por acadêmicos, pesquisadores, ex-presos políticos, pessoas ligadas a movimentos sociais, culturais e de direitos humanos, além de participações de diretores ou da equipe de produção dos filmes exibidos.

Em 2014 ocorreram 135 exhibições, dentre as quais:

Quadro 4 – Exhibições de filmes por estado da federação no ano de 2014

Estado	Local	Data	Filme
Rondônia	Porto Velho – Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Daniel Neri	30/set	Duas Histórias
São Paulo	Osasco – Auditório EPPEN (UNIFESP)	30/set	500
Espírito Santo	Vitória – Faculdade FDV	30/set	70 – Setenta
Mato Grosso do Sul	Campo Grande – Anfiteatro Multiuso UFMS	30/set	70 – Setenta
Paraíba	Sousa – Auditório da Universidade Federal de Campo Grande	30/set	Duas Histórias
Paraíba	Sousa – Auditório da Universidade Federal de Campo Grande	30/set	500
Ceará	Fortaleza – Colégio Jenny Gomes	30/set	Duas Histórias
Maranhão	Bacabal – Universidade Federal do Maranhão	30/set	500
Amapá	Macapá – Escola Estadual Barroso Tostes	30/set	500
Espírito Santo	Vitória – Faculdade FDV	01/out	500
Ceará	Fortaleza – Colégio Jenny Gomes	01/out	Duas Histórias
Rio de Janeiro	Rio de Janeiro – Pontífice Universidade Católica	02/out	500
Santa Catarina	Florianópolis – UDESC – FAED	02/out	70 Setenta



CIRCUITO UNIVERSITÁRIO DE CINEMA



Direção: Alexandre Valenti
duração: 100 minutos
classificação indicativa: 12 anos

500 – OS BEBÊS ROUBADOS PELA DITADURA ARGENTINA

Entre 1976 e 1983, a Argentina viveu sombrios anos de ditadura militar. Neste período, famílias inteiras foram despedaçadas pela repressão clandestina empreendida por um estado terrorista que ceifou a vida de cerca de 30 mil argentinos. Dentre as práticas mais aterradoras deste regime estava o sequestro sistemático de bebês e crianças, filhos de presos e desaparecidos políticos, que eram apropriados por seus algozes com espólio de guerra. A partir da iniciativa das Avós da Praça de Maio criou-se o "Banco dos 500", com amostras de seu próprio sangue, o que possibilitou a descoberta de 110 das 500 crianças sequestradas. Reunidos às suas famílias reais e às suas verdadeiras identidades, os jovens nascidos nas maternidades dos campos da morte, juntamente com as Avós da Praça de Maio confrontam, em 2011, perante o Tribunal de Buenos Aires, os dignitários da mais sangrenta ditadura Argentina, acusados de genocídio e crimes contra a Humanidade: um caso histórico, único e universal. O documentário "500 - O bebês roubados pela Ditadura Argentina" narra esta incansável luta das avós e seus netos que continua, diariamente, até que o último dos "500" seja encontrado.



Direção: Emília Silveira
duração: 95 minutos
classificação indicativa: 12 anos

70 - SETENTA

O Brasil vive o ápice da repressão promovida pelo regime militar. Prisões, torturas, desaparecimentos e mortes são cada vez mais constantes. Com todas as vidas democráticas fechadas grupos de esquerda armada organizam sequestros de embaixadores para pressionarem o governo a negociar e a libertar companheiros presos. O documentário reencontra 18 personagens, que fazem parte de uma lista de setenta presos políticos libertos em troca do embaixador suíço Giovanni Enrico Burcher. Passados 40 anos do ocorrido o filme narra a emocionante visita às memórias do período por parte destes sobreviventes, alternando histórias dramáticas, curiosidades e até mesmo momentos bem humorados de quem enfrentou a repressão e a violência.



Direção: Angela Zoo
duração: 52 minutos
classificação indicativa: 10 anos

DUAS HISTÓRIAS

Duas Histórias foi produzido com o apoio do projeto Marcas da Memória, da Comissão da Anistia do Ministério da Justiça, tendo como linha condutora a trajetória de dois militantes socialistas na luta contra a ditadura militar brasileira. O filme narra duas experiências diferentes, pois diferentes eram as concepções políticas que orientavam a resistência à ditadura. Mas são iguais na coragem, na dor, na sobrevivência e superação.



4.2.3. Projeto Trilhas de Anistia

Com o objetivo de identificar e publicizar locais relacionados à prática de violações de direitos humanos, a Comissão vem implantando lugares de memória histórica e consciência política nas diversas regiões do País. Seu objetivo é contribuir para a impressão de marcas permanentes de memória sobre fatos relacionados à anistia política e à Justiça de Transição no Brasil. O projeto prevê a implantação de dez monumentos em locais públicos de grande circulação, buscando preservar a memória da anistia de cada local.

Após seleção por meio de chamada pública, foi celebrado convênio com a ONG “ALICE”, que possui vasta experiência com a temática de memorialização, para implementação do projeto Trilhas da Anistia.

Por meio do “projeto de cooperação técnica para o intercâmbio internacional, desenvolvimento e ampliação das políticas de Justiça Transicional no Brasil” (PRODOC BRA/08/021), firmado entre a Comissão de Anistia e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, foi implementado o projeto de consultoria “Locais de Memória”, com a finalidade de mapear sítios de relevância cultural e histórica, inscritos nos processos de repressão política e resistência popular, ocorridos entre os anos de 1946 e 1988, e, conseqüentemente, contribuir para a definição dos locais que receberão os monumentos realizados no âmbito do referido convênio.

Em 2013, foram inaugurados monumentos em Belo Horizonte/MG, Curitiba/PR e Ipatinga/MG. Já em 2014, foram inaugurados monumentos em Recife/PE, Rio de Janeiro/RJ, São Paulo/SP, Porto Alegre/RS e Florianópolis/SC. Os dois monumentos restantes estão previstos para serem inaugurados em 2015.

Inauguração do “Monumento ao NUNCA MAIS: homenagem à resistência e à luta pela anistia em Pernambuco”.

Data: 10/03/2014.

Local: Rua da Aurora, nº 885, Santo Amaro, Recife, PE.

Parceiros: Comissão da Verdade PE; Governo do Estado de Pernambuco; Prefeitura do Recife; SDH-PE.



Inauguração do “Monumento ao NUNCA MAIS: homenagem à resistência e à luta pela anistia no Rio de Janeiro”.

Data: 01/04/2014.

Local: Praça Floriano, Centro, Rio de Janeiro, RJ.

Parceiros: ADNAM; Prefeitura do Rio de Janeiro.



Inauguração do “Monumento ao NUNCA MAIS: homenagem à resistência e à luta pela anistia em São Paulo”.

Data: 02/04/2014.

Local: Rua Monte Alegre, nº 1.024, Perdizes, São Paulo, SP.

Parceiros: Comissão da Verdade ALESP; Núcleo Memória; Sec. Mun. DH.

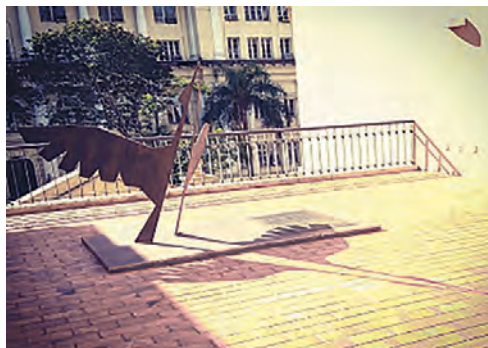


Inauguração do “Monumento ao NUNCA MAIS: homenagem à resistência e à luta pela anistia no Rio Grande do Sul”.

Data: 05/04/2014.

Local: Rua Sete de Setembro, nº 1.020, Praça da Alfândega, Centro Histórico, Porto Alegre, RS.

Parceiros: Governo do Estado do Rio Grande do Sul; Memorial da Democracia e dos Direitos Humanos do Mercosul.



Inauguração do Monumento ao NUNCA MAIS: homenagem à resistência e à luta pela anistia em Santa Catarina”.

Data: 30/10/2014.

Local: Florianópolis/SC Câmara Municipal de Florianópolis Rua Anita Garibaldi, 35, Centro, Florianópolis/SC

Parceiros: Câmara Municipal de Florianópolis, Prefeitura de Florianópolis.



4.2.4. Outras atividades

Belém/PA

Dia: 24/04

Festival Cinema pela Verdade: exibição de filmes seguidos de debates sobre o período da repressão e seus reflexos na atualidade.

Local: UNAMA– Universidade da Amazônia.

Filme: Camponeses do Araguaia – A guerrilha vista por dentro.

Fortaleza/CE

Dia: 15/04

Festival Cinema pela Verdade: exibição de filmes seguidos de debates sobre o período da repressão e seus reflexos na atualidade.

Local: UECE – Universidade Estadual do Ceará.

Filme: Ainda existem perseguidos políticos.

Exibição do filme Retratos de Identificação.

Local: Universidade de Fortaleza – UNIFOR.

Rio de Janeiro/RJ

Dia: 01/04

Lançamento do longa metragem “Militares da Democracia: os militares que disseram NÃO”, dirigido por Silvio Tendler, do projeto Marcas da Memória da Comissão de Anistia.

Local: Museu da República (Palácio do Catete).

Parceiros: Caliban, Museu da República, Instituto Ensaio Aberto, Comissão da Verdade do Rio de Janeiro.

São Luís/MA

Dia: 22/04

Festival Cinema pela Verdade: exibição de filmes seguidos de debates sobre o período da repressão e seus reflexos na atualidade.

Local: UFMA – Universidade Federal do Maranhão.

Filme: Repare Bem.

Dia; 30/04

Festival Cinema pela Verdade: exibição de filmes seguidos de debates sobre o período da repressão e seus reflexos na atualidade.

Local: UFMA – Universidade Federal do Maranhão.

Filme: Camponeses do Araguaia – A guerrilha vista por dentro.

Curitiba/PR

Dia: 03/04

Exibição do longa metragem “Os Militares que disseram NÃO”, dirigido por Silvio Tendler, do projeto Marcas da Memória da Comissão de Anistia.

Local: Unibrasil, Tarumã.

Parceiros: Caliban e Unibrasil.

Dia; 14/05

Festival Cinema pela Verdade: exibição de filmes seguidos de debates sobre o período da repressão e seus reflexos na atualidade.

Local: Cinemateca de Curitiba.

Filme: Camponeses do Araguaia – A guerrilha vista por dentro.

Dia: 15/05

Festival Cinema pela Verdade: exibição de filmes seguidos de debates sobre o período

da repressão e seus reflexos na atualidade.

Local: Cinemateca de Curitiba.

Filme: Ainda existem perseguidos políticos.

Aracaju/SE

Dia: 01/04

Exibição do filme “A Mesa Vermelha”.

Local: Museu da Gente Sergipana.

Parceiro: Museu da Gente Sergipana e Instituto BANESE.

Belo Horizonte

Dia: 24/04

Festival Cinema pela Verdade: exibição de filmes seguidos de debates sobre o período da repressão e seus reflexos na atualidade.

Local: UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais.

Filme: Camponeses do Araguaia – A guerrilha vista por dentro.

São Paulo/SP

Dia: 03/04

Lançamento do longa-metragem “Os advogados contra a ditadura: por uma questão de Justiça”, dirigido por Silvio Tendler, do Projeto Marcas da Memória da Comissão de Anistia.

Lançamento do livro “Advocacia em tempos difíceis”.

Local: Prédio da Antiga Auditoria Militar, cedido à OAB – Avenida Brigadeiro Luiz.

Parceiros: FGV, Núcleo Memória, Secretaria de Direitos Humanos da Prefeitura de São Paulo.

Dia: 09/04

Exibição do longa-metragem “Militares da Democracia: os militares que disseram NÃO”, dirigido por Silvio Tendler, do projeto Marcas da Memória da Comissão de Anistia no Festival de Cinema sobre Direitos Humanos.

Local: Cinemateca Brasileira, Sala BNDES.

Parceiro: Secretaria de Direitos Humanos da Prefeitura de São Paulo, Caliban, Núcleo Memória, EBC – Empresa Brasil de Comunicação.

Recife/PE

Dia: 16/04

Festival Cinema pela Verdade exibição de filmes seguidos de debates sobre o período da repressão e seus reflexos na atualidade.

Local: UFRPE – Universidade Rural de Pernambuco.

Filme: Repare Bem.

Porto Alegre/RS

Dia: 05/04

Exibição do longa-metragem “Os advogados contra a ditadura: por uma questão de

Justiça”, dirigido por Silvio Tendler, do Projeto Marcas da Memória da Comissão de Anistia. Lançamento do livro: *Advocacia em tempos difíceis*.

Local: Memorial da Democracia e dos Direitos Humanos do Mercosul.

Parceiro: Governo do Estado do Rio Grande do Sul.

Dia: 05/04

Exibição do longa-metragem “Militares da Democracia: os militares que disseram NÃO”, dirigido por Silvio Tendler, do projeto Marcas da Memória da Comissão de Anistia.

Local: Memorial da Democracia e dos Direitos Humanos do Mercosul.

Parceiro: Governo do Estado do Rio Grande do Sul, EBC.

Rio Branco/AC

Dia: 14/04

Festival Cinema pela Verdade: exibição de filmes seguidos de debates sobre o período da repressão e seus reflexos na atualidade.

Local: Colégio Estadual Barão do Rio Branco – CEBRB.

Filme: Ainda existem perseguidos políticos.

Dia: 15/04

Festival Cinema pela Verdade: exibição de filmes seguidos de debates sobre o período da repressão e seus reflexos na atualidade.

Local: IFAC – Instituto Federal do Acre.

Parceiro: ICEM.

Filmes: Camponeses do Araguaia – A guerrilha vista por dentro e Repare Bem.

Dia: 16/04

Festival Cinema pela Verdade: exibição de filmes seguidos de debates sobre o período da repressão e seus reflexos na atualidade.

Local: Colégio Estadual Barão do Rio Branco – CEBRB.

Parceiro: ICEM.

Filme: Ainda existem perseguidos políticos.

Local: IFAC – Instituto Federal do Acre

Parceiro: ICEM

Filme: Repare Bem.

Teresina/PI

Dia: 23/04

Festival Cinema pela Verdade: exibição de filmes seguidos de debates sobre o período da repressão e seus reflexos na atualidade.

Local: UESPI – Universidade Estadual do Piauí.

Parceiro: ICEM.

Filme: Repare Bem.

Campo Grande/MS

Dia: 28/04

Festival Cinema pela Verdade: exibição de filmes seguidos de debates sobre o período

da repressão e seus reflexos na atualidade.

Local: UFMS – Universidade Federal do Mato Grosso do Sul – LAC.

Parceiro: ICEM.

Filme: Repare Bem.

Dia: 29/04

Festival Cinema pela Verdade: exibição de filmes seguidos de debates sobre o período da repressão e seus reflexos na atualidade.

Local: UFMS – Universidade Federal do Mato Grosso do Sul – LAC.

Parceiro: ICEM.

Filme: Camponeses do Araguaia – A guerrilha vista por dentro.

Dia: 30/04

Festival Cinema pela Verdade: exibição de filmes seguidos de debates sobre o período da repressão e seus reflexos na atualidade.

Local: UFMS – Universidade Federal do Mato Grosso do Sul – LAC.

Parceiro: ICEM.

Filme: Ainda existem perseguidos políticos.

Vitória/ES

Dia: 14/04

Festival Cinema pela Verdade: exibição de filmes seguidos de debates sobre o período da repressão e seus reflexos na atualidade.

Local: Universidade Federal do Espírito Santo.

Parceiro: ICEM.

Filme: Ainda existem perseguidos políticos.

Florianópolis/SC

Dia: 05/05

Festival Cinema pela Verdade: exibição de filmes seguidos de debates sobre o período da repressão e seus reflexos na atualidade.

Local: UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina.

Filmes: Repare Bem e Camponeses do Araguaia – A guerrilha vista por dentro.

Dia: 06/05

Festival Cinema pela Verdade: exibição de filmes seguidos de debates sobre o período da repressão e seus reflexos na atualidade.

Local: UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina.

Filme: Ainda existem perseguidos políticos.

Dia: 28/10

Estréia do filme “Uma dor suspensa no tempo”, do Instituto Primeiro Plano no âmbito do Projeto Marcas da Memória, durante a 88ª Caravana de Anistia.

Local: Faculdade de Ciências Sociais de Florianópolis.

São Cristóvão/SE

Dia: 08/05

Festival Cinema pela Verdade: exibição de filmes seguidos de debates sobre o período da repressão e seus reflexos na atualidade.

Local: UFS – Universidade Federal de Sergipe.

Filme: Ainda existem perseguidos políticos.

Dia: 15/05

Festival Cinema pela Verdade: exibição de filmes seguidos de debates sobre o período da repressão e seus reflexos na atualidade.

Local: UFS – Universidade Federal de Sergipe.

Filme: Repare Bem.

Dia: 22/05

Festival Cinema pela Verdade: exibição de filmes seguidos de debates sobre o período da repressão e seus reflexos na atualidade.

Local: UFS – Universidade Federal de Sergipe.

Filme: Camponeses do Araguaia – A guerrilha vista por dentro.

São Luís/MA

Dia: 07/05

Festival Cinema pela Verdade: exibição de filmes seguidos de debates sobre o período da repressão e seus reflexos na atualidade.

Local: UFMA – Universidade Federal do Maranhão.

Filme: Ainda existem perseguidos políticos.

Dia: 14/05

Festival Cinema pela Verdade: exibição de filmes seguidos de debates sobre o período da repressão e seus reflexos na atualidade.

Local: UFMA – Universidade Federal do Maranhão.

Filme: Repare Bem.

Dia: 20/05

Festival Cinema pela Verdade: exibição de filmes seguidos de debates sobre o período da repressão e seus reflexos na atualidade.

Local: UFMA – Universidade Federal do Maranhão.

Filme: Camponeses do Araguaia – A guerrilha vista por dentro.

Palmas/TO

Dia: 08 a 12/12

Release da Semana por “Memória, Verdade e Justiça no Tocantins”

Local: Universidade Federal de Tocantins, nos Campi Universitários de Porto Nacional e de Palmas

Parceiros: Centro de Direitos Humanos de Palmas, Comissão de Anistia (MJ) e Universidade Federal do Tocantins (UFT).

São Paulo/SP

Dia: 29/11

Release do lançamento do livro *A investigação operária*

Local: Memorial da Resistência em São Paulo

Parceiros: Comissão de Anistia do Ministério da Justiça e o IIEP – Intercâmbio, Informações, Estudos e Pesquisa.

4.2.5 Exposições

Recife/PE

Dias: 17/03 a 21/03

Exposição “Anistia e Democracia: para que não se esqueça, para que nunca mais aconteça”.

Local: Oricuru e Araripina – PE.

Parceiro: Secretaria de Justiça e Direitos Humanos do Estado de Pernambuco.

Dias: 24/03 a 28/03

Exposição “Anistia e Democracia: para que não se esqueça, para que nunca mais aconteça”.

Local: Garanhuns – PE.

Parceiro: Secretaria de Justiça e Direitos Humanos do Estado de Pernambuco.

Dias: 7/04 a 11/04

Exposição “Anistia e Democracia: para que não se esqueça, para que nunca mais aconteça”.

Local: Salgueiro – PE.

Dias: 22/04 a 25/04

Exposição “Anistia e Democracia: para que não se esqueça, para que nunca mais aconteça”.

Local: Santa Cruz do Capiberibe e Limoeiro – PE.

Brasília/DF

Dia: 20/03 a 13/04

Exposição “Onde a Esperança se Refugiou: a história do Movimento de Justiça e Direitos Humanos”.

Local: Salão Negro do Congresso Nacional.

Parceiro: Movimento de Justiça e Direitos Humanos, Universidade de Brasília, Comissão da Verdade Anísio Teixeira, Congresso Nacional.

Curitiba/PR

Dia: 01/04

Inauguração do Museu de Percurso “Caminhos da Resistência” – Cartografia e afixação de 3 Totens em lugares de memória da resistência e da repressão em Curitiba.

Local: Prédio Histórico UFPR, Praça Osório e Clínica Marumbi.

Parceiro: Fórum Paranaense de Resgate da Verdade, Memória e Justiça.

5. Ações educativas

As ações educativas são concebidas numa perspectiva voltada para a educação em direitos humanos. Objetiva o resgate, a preservação e divulgação dos temas da anistia política, da democracia e da Justiça de Transição, por meio de ações educativas e culturais. Busca diversificar e potencializar as ações da Comissão, conferindo um caráter educativo e sensibilizador, além de enfatizar os aspectos simbólicos, históricos e educativos da reparação, para além do seu caráter econômico. As Caravanas de Anistia compõem as principais ações desse projeto educativo.

Além de realizar o resgate da memória e da verdade, as sessões públicas das Caravanas têm buscado efetivar o direito à reparação tanto nos planos individual e coletivo quanto nos planos material e simbólico.

Dentre as ações, destacam-se as Caravanas, seminários, eventos, mostras de cinema, exposições, dentre outros.



79ª Caravana da Anistia, Salvador/BA.
25 de março de 2014.



81ª Caravana da Anistia, São Paulo/SP
(Câmara dos Vereadores).

5.1. Caravanas da Anistia

As Caravanas da Anistia, criadas em 2008, são apreciações itinerantes dos requerimentos de anistia feitos pelos perseguidos políticos, realizadas em diferentes estados da Federação, seguidas de atividades educativas e culturais. Compõem uma das ações da política de reparação econômica e moral da Comissão de Anistia. A dimensão de reparação moral diz respeito ao pedido de desculpas do Estado, bem como à oportunidade que se abre aos ex-perseguidos políticos para compartilharem com o público o testemunho de sua história, de modo a resgatar, preservar e honrar esta memória.

Seus objetivos são dar transparência às ações de reparação, descentralizar as sessões de julgamento e democratizar a participação da sociedade civil nesse processo. A sociedade pode ter acesso ao julgamento dos requerimentos, conhecer os critérios utilizados pelo Conselho, os documentos analisados, bem como as decisões adotadas pelo Estado brasileiro no que se refere ao reconhecimento de violações e às reparações.



88ª Caravana da Anistia, Florianópolis/SC 28/10/14.

Em 2014, foram realizadas onze Caravanas da Anistia – quatro na Região Sudeste (uma no RJ, uma em MG e duas em SP), duas na Região Nordeste (PE e BA), uma na Região Norte (PA), três na Região Sul (uma em SC e duas no RS) e uma no Distrito Federal (Brasília).



78ª Caravana da Anistia, Recife/PE
10 de março de 2014.



78ª Caravana da Anistia, Recife/PE,



79ª Caravana da Anistia, Salvador/BA. 23/03/14.



80ª Caravana da Anistia, Rio de Janeiro/RJ, 01/04/14.

No acumulado entre 2011 e 2014, foram 41 Caravanas distribuídas no território nacional da seguinte forma: oito na Região Nordeste (meta suplantada: três), dezoito na Região Sudeste (meta suplantada: oito), nove na Região Sul (meta suplantada: cinco), quatro na Região Centro-Oeste (meta suplantada: duas), e uma na Região Norte.

Quadro 5 – Caravanas realizadas em 2014

Caravanas	Data	Local	Parceiros
78ª Caravana da Anistia de Recife	10/03/2014	Recife-PE	Secretaria de Direitos Humanos de Recife
79ª Caravana da Anistia durante o III Fórum do Pensamento Crítico	25/03/2014	Salvador/BA	Secretaria de Estado da Cultura da Bahia, Fundação Pedro Calmon.
80ª Caravana da Anistia no Rio de Janeiro Lançamento do Livro “Advocacia em Tempos Difíceis”	01/04/2014	Rio de Janeiro/RJ	Instituto Ensaio Aberto, Grupo Tortura Nunca Mais do Rio de Janeiro, FGV, Comissão Estadual da Verdade do Rio de Janeiro.
81ª Caravana da Anistia	04/04/2014	São Paulo/SP	Fundação Maurício Grabois, Câmara de Vereadores de São Paulo, Comissão Estadual da Verdade de São Paulo.
82ª Caravana da Anistia na USP	09/04/2014	São Paulo/SP	Universidade de São Paulo, Faculdade de Educação, Secretaria de Direitos Humanos da Prefeitura de São Paulo, Comissão da Verdade do Estado de São Paulo.
83ª Caravana da Anistia de Marabá – PA	21/04/2014	Marabá/PA	CEMJ – Centro de Estudos e Memória da Juventude, UNE – União Nacional dos Estudantes, Fundação Maurício Grabois
84ª Caravana da Anistia de Belo Horizonte – MG	08/05/2014	Belo Horizonte/MG	
85ª Caravana da Anistia de Ronda Alta – RS	13/06/2014	Ronda Alta/RS	
86ª Caravana da Anistia de Três Passos – RS	14/06/2014	Três Passos/RS	Governo do RS, Comissão Estadual da Verdade do RS
87ª Caravana de Anistia – Sessão especial para julgamento de requerimentos de anistia política de indígenas da Etnia Aikewara (Suru)	19/09/2014	Brasília/DF	
88ª Caravana de Anistia na Faculdade de Ciências Sociais de Florianópolis durante o Congresso Internacional de Direitos Humanos – Barbárie ou civilização? Os 23 anos do Movimento Alternativo	28/10/2014	Florianópolis/SC	Instituto de Pesquisas e Estudos Jurídicos e Culturais (IPEJ).

5.2. Projeto Clínicas do Testemunho

Concebido em 2012, visa selecionar projetos das organizações da sociedade civil para formação de núcleos de apoio e atenção psicológica aos afetados por violência de Estado entre os anos de 1946 e 1988, que contemplem as dimensões de atenção às vítimas e capacitação profissional. Naquele ano, foram celebrados quatro convênios que

se encontram em execução. A vigência inicial de dezembro de 2014 foi estendida para junho de 2015, tendo sido celebrado termo aditivo com as quatro clínicas conveniadas.

Em 2014, o projeto recebeu a adesão da Clínica implementada em Pernambuco, no âmbito do Centro Estadual de Apoio às Vítimas de Violência da Secretaria Executiva de Justiça e Direitos Humanos, sem aporte de recursos por parte da Comissão de Anistia. Essa adesão deu início à Rede Clínicas do Testemunho, que visa à troca de experiências entre as unidades.

De 2012 a 30 de dezembro de 2014, as cinco Clínicas constituídas promoveram cerca de 4.000 atendimentos terapêuticos, e capacitaram mais de 600 profissionais de diversas áreas. Ainda, as Clínicas realizaram eventos de divulgação pública do projeto e sua metodologia (as chamadas “Conversas Públicas”, com alcance de mais de 1.600 pessoas num total de 33 “conversas públicas”), abrindo espaço para o debate e a reflexão sobre as marcas psíquicas deixadas pela violência de Estado. Foram realizados também 17 insumos de referência temática (levantamentos bibliográficos e artigos científicos).

5.2.2. Capacitações

Sigmund Freud Associação Psicanalítica

História. Apresentação do Projeto e da Metodologia. História da violência de Estado na ditadura civil-militar no Brasil e seus reflexos nos dias atuais. Com apresentação do filme *Eu me lembro*, no dia 10 de abril de 2014. **Local:** Sede do SIG, Rua Marquês de Herval, 375. **Horário:** 9h às 13h.

Memória e Testemunho. Trabalhar as esferas da memória individual, coletiva e histórica. Demonstrar, através do estudo do movimento de transição entre a ditadura civil-militar, os desdobramentos do silêncio tanto na esfera individual como na esfera coletiva, onde as políticas de auto-anistia marcaram a memória histórica. **Data:** 24 de abril de 2014. **Local:** Sede do SIG, Rua Marquês de Herval, 375. **Horário:** 9h às 13h. *Dias 25 e 26 de abril de 2014, Porto Alegre, RS, sede da Associação Sigmund Freud;* carga horária: 12 horas (8 horas no dia 25/04 e 4 horas no dia 26/04). Participação de 12 pessoas, entre psicanalistas, psicólogos, sociólogos, historiadores.

Apresentação do filme: Mulheres em Luta, primeiro capítulo. Tema: Efeitos transgeracionais da violência de Estado. Pretendeu-se uma articulação entre o material do documentário *Os 15 filhos*, apresentado no dia anterior na Conversa Pública no Arquivo Público, com o testemunho de filhos neste filme apresentado de forma exclusiva, para destacar e discutir os efeitos subjetivos nas relações familiares no contexto da repressão política. Discussão sobre o trabalho e acompanhamento de testemunhas nas Comissões da Verdade. E apresentação de casos clínicos, ilustrando a problemática da atenção a afetados pela violência de Estado.

Trauma e Repetição. Trabalhar, na perspectiva da psicanálise, a repetição e a temporalidade no que se refere à lembrança e ao esquecimento, e o trauma em suas possibilidade de elaboração. Apresentação do filme: *15 filhos*. **Data:** 8 de maio de 2014. **Local:** Sede do SIG, Rua Marquês de Herval, 375. **Horário:** 9h às 13h.

Estratégias de Cuidado e Escuta. Trabalhar estratégias de cuidado e escuta a partir dos relatos de experiências no âmbito dos direitos humanos nas comunidades e populações de vulnerabilidade e risco. **Data:** 22 de maio de 2014. **Local:** Sede do SIG, Rua Marquês de Herval, 375. **Horário:** 9h às 13h.

História. Apresentação do Projeto e da Metodologia. História da violência de Estado na ditadura civil-militar no Brasil e seus reflexos nos dias atuais. Apre-

sentação do filme Verdade 12528. **Data:** 11 de setembro de 2014. **Local:** Sede do SIG, Rua Marquês de Herval, 375. **Horário:** 9h às 13h.

Memória e Testemunho. Trabalhar as esferas da memória individual, coletiva e histórica. Demonstrar, através do estudo do movimento de transição entre a ditadura civil-militar, os desdobramentos do silêncio tanto na esfera individual como na esfera coletiva, onde as políticas de auto-anistia marcaram a memória histórica. **Data:** 25 de setembro de 2014. **Local:** Sede do SIG, Rua Marquês de Herval, 375. **Horário:** 9h às 13h.

Trauma e Repetição. Trabalhar, na perspectiva da psicanálise, a repetição e a temporalidade no que se refere à lembrança e ao esquecimento, e o trauma em suas possibilidade de elaboração. Apresentação do filme: 15 filhos. **Data:** 9 de outubro de 2014. **Local:** Sede do SIG, Rua Marquês de Herval, 375. **Horário:** 9h às 13h.

Estratégias de Cuidado e Escuta. Trabalhar estratégias de cuidado e escuta a partir dos relatos de experiências no âmbito dos direitos humanos nas comunidades e populações de vulnerabilidade e risco. **Data:** 23 de outubro de 2014. **Local:** Sede do SIG, Rua Marquês de Herval, 375. **Horário:** 9h às 13h.

Instituto Sedes Sapientiae

Clínica do Testemunho Instituto Sedes Sapientiae, para profissionais de justiça e saúde que atuam com pessoas afetadas por violência de Estado, no dia 18 de março de 2014. O evento ocorreu no Instituto Sedes (Rua Ministro Godoy, 1484, sala 104 – São Paulo/SP). Carga Horária – 4 horas e 30 minutos. Tema – Medo, violência e segurança nacional. Vídeo da Conferência da Professora Vera Malagutti Batista. Quantidade de participantes: 28 profissionais. Profissão dos Capacitados – psicólogos, assistentes sociais, defensores públicos, terapeuta ocupacional, fonoaudiólogo e antropólogos.

Oficina de capacitação da Clínica do Testemunho Instituto Sedes Sapientiae, no dia 29 de abril de 2014. Tema: Medo, violência e segurança nacional. Vídeo da Conferência da Professora Vera Malagutti Batista. Quantidade de participantes: 10 profissionais. Profissão dos capacitados: psicólogos, assistentes sociais, defensores públicos, terapeuta ocupacional, fonoaudiólogo e antropólogos.

Oficina de capacitação da Clínica do Testemunho do Instituto Sedes Sapientiae, no dia 3 de junho de 2014, com exibição do filme “O fim do esquecimento”, de Renato Tapajós, e debate com as terapeutas-pesquisadoras e participantes. Quantidade de capacitados: 22 profissionais. Profissão dos capacitados: psicólogos, assistentes sociais, defensores públicos, terapeuta ocupacional, fonoaudiólogo e antropólogos.

Oficina de capacitação da Clínica do Testemunho do Instituto Sedes Sapientiae, no dia 2 de setembro de 2014, sobre o tema “Medo, violência e segurança nacional. Vídeo da conferência da professora Vera Malaguti Batista. Quantidade de capacitados: 10 profissionais. Profissão dos capacitados: psicólogos, assistentes sociais, defensores públicos, terapeuta ocupacional, fonoaudiólogo e antropólogos.

Jornada Interdisciplinar com o tema “A Violência de Estado atual e suas raízes” realizada no dia 11 de novembro de 2014. A atividade é produto de cinco Oficinas de Capacitação realizadas com profissionais da saúde e da justiça, durante os anos 2013 e 2014, cujo principal objetivo foi aprimorar uma escuta diferenciada nos processos terapêuticos e/ou jurídicos onde estivessem implicados sujeitos afetados pelas marcas traumáticas da violência do Estado durante a ditadura militar (1964-1988) e na atualidade. Número de pessoas capacitadas: 90 profissionais. Profissão dos capacitados: psicólogos, assistentes sociais, defensores

públicos, membros do Ministério Público, terapeutas ocupacionais, fonoaudiólogos, antropólogos e estudantes universitários.

A capacitação de profissionais é mais um eixo do projeto *Clínica Instituto Sedes Sapientiae* no âmbito do Projeto Clínicas do Testemunho que oferece atendimento psicológico aos afetados pela perseguição política durante o regime ditatorial no Brasil, e deseja potencializar a formação e atuação dos profissionais que prestam serviços à população de baixa renda e socialmente mais vulnerável.

Instituto Projetos Terapêuticos do Rio de Janeiro

Dias 23 e 24 de maio de 2014, Belo Horizonte, MG, na sede do Instituto de Direitos Humanos; carga horária: 12hs (8 horas no dia 23/5 e 4 horas no dia 24/5) – Tema: Estratégias clínicas para a reparação de afetados pela violência de Estado. Participação de 12 pessoas, dentre psicólogos, advogados, assistentes sociais, psicanalistas. A oficina foi organizada conjuntamente com o Núcleo de Atendimento às Vítimas de Crimes Violentos do Estado de Minas Gerais – NAVCV-MG. Apresentação de um documentário: Verdade 12.528, de Paula Sachetta e Peu Robles. Expectativas sobre o trabalho da Comissão Nacional da Verdade. Desenvolvida a temática do dano: os efeitos da violência sobre os familiares e afetados pela tortura. O trabalho corporal e sua importância clínica. O trabalho de acompanhamento de testemunhas nas Comissões da Verdade. Discussão de casos clínicos.



Capacitação do SIG (24/04). Tema: Memória e Testemunho.

Dias 6 e 7 de junho de 2014, Rua Joaquim Silva, Lapa, Rio de Janeiro; carga horária 12 horas (8 horas no dia 6 e 4 horas no dia 7). Primeira Oficina Clínico Política no RJ. Tema: Estratégias clínicas para a reparação de afetados pela violência de Estado, atravessado pelos sub-temas: violência de Estado, Estado de exceção, crimes de lesa-humanidade; efeitos sócio-políticos e subjetivos da violência de Estado; a questão do dano e a reparação simbólica políticas de memória e o valor do testemunho na construção da memória; o corpo do testemunho; discussão de casos clínicos. Participação de 19 pessoas, sendo 11 da rede pública municipal (NASF – Núcleo de Atenção à Saúde da Família) e 8 de profissionais de variadas inserções sendo psicólogos, psicanalistas, nutricionistas, enfermeiros,

assistentes sociais, professores universitários, médicos. Participou um profissional do Projeto Clínicas do Testemunho de PE. A oficina contou com apoio da Escola de Saúde Mental, ESAM. Apresentação de um documentário: Verdade 12.528, de Paula Sachetta e Peu Robles sobre as expectativas do trabalho da Comissão Nacional da Verdade, como disparador do tema da reparação psicológica aos crimes cometidos por agentes do Estado.

Dias 26 e 27 de setembro de 2014. Tema: Estratégias clínicas para a reparação de afetados pela violência de Estado sócio-políticos e subjetivos da violência de Estado; sócio-políticos e subjetivos da violência de Estado; a questão do dano e a reparação simbólica, políticas de Memória e o valor do Testemunho na construção da Memória. O corpo do testemunho. Ênfase na discussão de casos clínicos; apresentação dos participantes. **Local:** Rua Joaquim Silva, Lapa, Rio de Janeiro. Carga horária: 12 horas. Participação de 14 pessoas, sendo 6 da rede pública municipal (NASF– Núcleo de Atenção à Saúde da Família e CAPS) e 8 de profissionais de variadas inserções sendo psicólogos, psicanalistas, nutricionistas, assistentes sociais, professores universitários, médicos. Participaram dois profissionais do Projeto Clínicas do Testemunho de Pernambuco. A metodologia: foram utilizados recursos de movimentação corporal para a discussão sobre a valorização da relação entre corpo afetado e psicoterapia. Textos sobre o tema, sobre abordagens psicoterápicas, sobre efeitos de reparação psicológica. Episódio do Filme: Mulheres em Luta. Montagem da cena clínica baseada em técnica do Teatro do Oprimido. A oficina contou com apoio da Escola de Saúde Mental, ESAM.

Instituto Projetos Terapêuticos de São Paulo

Data: 22 de fevereiro de 2014. Segundo encontro clínico das equipes do Instituto Projetos Terapêuticos:– **Local:** sede de Projetos Terapêuticos, São Paulo (SP), carga horária: de 04 horas. Tema: discussão sobre andamento dos projetos e de casos clínicos.

Encontro clínico entre pares. **Data:** 31 de maio de 2014 – Rio de Janeiro (RJ).

Programa de capacitação da Clínica do Testemunho do Instituto Projetos Terapêuticos, de 8 a de agosto a 5 de dezembro. A proposta desse programa é oferecer 39 horas de capacitação para profissionais da saúde para atuarem no atendimento a pessoas vítimas de violência de Estado e desenvolver uma reflexão sobre os temas: violência de Estado na ditadura militar; miséria, violência e exclusão; o homem é o lobo do homem; tortura, uma política de Estado; tortura, um acontecimento demasiado humano; o dispositivo das clínicas e sua operação; o grupo como porta de entrada; clínica com grandes coletivos – conversa clínica pública; demandas geracionais, intergeracionais e transgeracionais; e a equipe e as redes de sustentação necessárias para essa clínica. A capacitação está sendo realizada para um grupo de 25 profissionais da área da saúde mental, sendo: 10 da Secretaria Municipal da Saúde de São Paulo, 5 da Secretaria Municipal de Direitos Humanos de São Paulo e 10 profissionais que já trabalham com saúde mental voltada na violência estatal.

5.2.3. Conversas Públicas e outros eventos

Sigmund Freud Associação Psicanalítica

Atividade conjunta do SIG com o Conselho Regional de Psicologia e Sociedade de Psicologia do Rio Grande do Sul do Projeto da Sigmund Freud Associação Psicanalítica, no dia 21 de março de 2014, Auditório do CRP, Av. Protásio Alves n° 2854, às 19h.

Atividade Conjunta com a Faculdade de Psicologia do IPA – Centro Universitário Metodista e Conselho Regional de Psicologia. Dia 2 de abril. Tema: 1964-2014: 50 anos depois. Direitos Humanos, Psicologia e testemunho. Discussão do documentário Verdade 12.528, no Auditório Oscar Machado no IPA. Participantes 142 alunos dos cursos de psicologia e direito.

V Conversas Públicas – O efeito da violência nas gerações posteriores, no dia 24 de abril de 2014. **Local:** Sede do Arquivo Público, Rua Riachuelo, 1031; às 19h. Exibição do Documentário 15 filhos.

VI Conversas Públicas – Arte como testemunho: entre memória e história. Ação de extensão em parceria com a UFPEL e Instituto Mário Alves, Comitê da Verdade e Justiça de Pelotas, no dia 29 de maio de 2014. Apresentação da Peça Teatral Para Sempre Poesia em Pelotas.

Projeto Clínicas do Testemunho – Conversas Públicas em Florianópolis: O efeito da violência nas gerações posteriores, no dia 6 de junho de 2014. **Local:** Sede da CESUSC. Endereço: Rodovia Sc 40, Km 10, Santo Antônio de Lisboa.

Encontro Refúgio e Exílio: Sofrimento da identidade no encontro com a diferença cultural, no dia 3 de julho. **Local:** Sede da SIG, Rua Marquês do Herval, 375. **Horário:** 20h.

VII Conversas Públicas: Manifestações de Resistência – ontem e hoje. Anfiteatro externo da Usina do Gasômetro, dia 27 de julho. Participaram os coletivos Fila, Bloco de Lutas, Anistia Internacional, Comitê Carlos Ré, Boca de Rua e Levanta Favela (grupo e teatro). Por ter ocorrido em espaço público, circularam diversas pessoas durante a apresentação da peça de teatro. No debate participaram cerca de 20 pessoas.

- Primeiro Grupo de Reflexão. Objetivo de divulgar o SIG/Clínica do Testemunho e criar espaço de fala para testemunhos de afetados pela violência de Estado do período da ditadura civil-militar e seus familiares que não estão inscritos no projeto. Dia 26 de junho de 2014, na sede do SINTRAJU (Sindicato dos Trabalhadores da Justiça). Participantes: 18 (ex-militantes, netos, participantes do Grupo de Testemunho e do SIG/Clínica do Testemunho);
- Segundo Grupo de Reflexão. Objetivo de divulgar o SIG/Clínica do Testemunho e criar espaço de fala para testemunhos de afetados pela violência de Estado do período da ditadura civil-militar e seus familiares que não estão inscritos no projeto. Dia 24 de julho, sede do SINTRAJUS (Sindicato dos Trabalhadores da Justiça). Participantes: 15 pessoas (Ex-militantes, netos, participantes do Grupo de Testemunho e do SIG/Clínicas do Testemunho).
- Conferência aberta com o tema O renascimento da pessoa após o mal sofrido: a metafísica do testemunho em Jean Nabert, proferida pela Dra. Carla Canullo. Professora e pesquisadora do Departamento de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Mcerata, Itália. Foi realizada no dia 13 de setembro de 2014, na sede do SIG. Participantes: 17 pessoas.
- Encontro Internacional: Diálogos e formas de intervenção no campo da Violência de Estado Ditatoriais em parceria com o Governo do estado do Rio Grande do Sul, através da Assessoria de Cooperação e Relações Internacionais, Museu dos Direitos Humanos do Mercosul, Clínicas do Testemunho do SIG e Clínicas do Testemunho do Instituto Projetos Terapêuticos do Rio de Janeiro. Dias 14 e 15 de novembro de 2014.

Instituto Sedes Sapientiae

V *Conversa Pública* com apresentação do filme “O fim do esquecimento” e debate, no dia 20 de maio de 2014. **Local:** Auditório do Instituto Sedes Sapientiae. Endereço: Rua Ministro Godoy nº 1484 – Perdizes. **Horário:** 20h. Entrada gratuita. 70 participantes.



V *Conversa Pública* (20/05). Instituto Sedes Sapientiae.

13º *Grupo de Reflexão e Testemunho da Clínica do Testemunho Instituto Sedes Sapientiae*, no dia 27 de junho de 2014. **Horário:** 17 às 20h. **Local:** Sala 6 do Instituto Sedes Sapientiae – Rua Ministro Godoy, nº 1484, Perdizes, São Paulo, SP. Sobre a atividade: Os Grupos de Reflexão e Testemunho são encontros quinzenais fechados de até 20 pessoas.

Instituto Projetos Terapêuticos do Rio de Janeiro

Conversa Pública, CAARJ, Marechal Câmara 210 anfiteatro, Rio de Janeiro, dia 28 de março de 2014. No âmbito dos 50 anos do golpe: Testemunho da verdade, testemunho da justiça. 35 participantes. Participação especial de representante do Centro Fernando Ulloa da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República Argentina. Participação de membros comissionados da Comissão Estadual da Verdade – CEV-Rio.

Conversa Pública, dia 24 de abril, sede do Arquivo Público, Rua Riachuelo 1031, Centro, Porto Alegre, com o tema: O efeito da violência nas gerações posteriores. Apresentação do filme os 15 Filhos de Marta Nering e Maria de Oliveira. 31 participantes. Participaram do debate representante do Arquivo Público, do Projetos Terapêuticos RJ e da Associação SIG, estas últimas do projeto Clínicas do Testemunho.

Conversa Pública, dia 22 de maio, Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais, Centro, Belo Horizonte. Evento: 50 anos do golpe civil-militar, 50 anos do Departamento de Psicologia da UFMG: conversas públicas sobre memórias e atualidades da violência estatal. 75 participantes Foram realizadas duas mesas de debates sobre o tema acima, na segunda mesa o tema foi: O direito à reparação e o trabalho da Clínica do Testemunho. Com a presença de representantes da Comissão de Anistia, da equipe da Clínica Política do “Projetos Terapêuticos RJ”, da Associação de Amigos do Memorial da Anistia e da Comissão

Estadual da Verdade de MG. Houve debate e testemunhos de afetados pela violência de Estado. Esta Conversa Pública foi organizada em conjunto com a Rede de Enfrentamento da Violência Estatal.

Instituto Projetos Terapêuticos de São Paulo

3ª Conversa Clínica Pública da Clínica do Testemunho Projetos Terapêuticos SP, no dia 3 de julho de 2014, às 19h no Centro Cultural São Paulo – Rua Vergueiro, 1000, sala Jardel Filho.

6. Ações de Disseminação

6.1. Parcerias e pesquisas realizadas com Comissões da Verdade

Desde 2012 a Comissão de Anistia vem firmando termos de cooperação com as comissões locais e setoriais da verdade e com a Comissão Nacional da Verdade – CNV, nos termos da Lei nº 12.528/2011⁹. O acordo cooperação recíproca com cada Comissão, em geral, teve por finalidade estabelecer processos de geração de resultados conjuntos, intercâmbios de informações e métodos de trabalho, para o bem recíproco de suas missões institucionais.

A relação completa das comissões que firmaram acordo de cooperação encontra-se no quadro abaixo.

Quadro 6 – Comissões da Verdade que firmaram termo de cooperação

1. Comissão Nacional da Verdade;
2. Comissão da Verdade do Município de Santos “Prefeito Esmeraldo Tarquínio Filho” – SP;
3. Comissão Municipal da Verdade de Juiz de Fora – MG;
4. Comissão Estadual da Verdade do Amapá – AP;
5. Comissão da Verdade e da Preservação da Memória – PB;
6. Comissão Estadual Memória e Verdade Dom Helder Câmara – PE;
7. Comissão Estadual da Verdade do Paraná – PR;
8. Comissão Estadual de Verdade “Rubens Paiva” – SP;
9. Comissão Estadual da Verdade do Estado do Rio de Janeiro – RJ;
10. Comissão da Verdade do Estado do Rio Grande do Sul – RS;
11. Comissão Anísio Teixeira de Memória e Verdade – UnB – DF;
12. Comissão da Verdade da Escola da Magistratura – ES;
13. Comissão da Verdade da UFES – ES;
14. Comissão da Verdade do Estado do
15. Comissão da Verdade da OAB – MG;
16. Comissão da Verdade da OAB-PR;
17. Comissão Nacional da Verdade dos Jornalistas – DF;
18. Comissão da Verdade, Memória e Justiça dos Jornalistas – SC;
19. Comissão da Memória, Verdade e Justiça “Alan Brandão” do Sindicato dos Petroleiros e Petroquímicos de Alagoas e Sergipe – SE.
20. Comissão da Verdade do Município de São Paulo;
21. Comissão da Verdade da Associação dos Juizes para a Democracia;
22. Comissão da Verdade da UFRJ;

⁹ Segundo o art. 6º da Lei 12.528 de 18/11/2012: “Observadas as disposições da Lei no 6.683, de 28 de agosto de 1979, a Comissão Nacional da Verdade poderá atuar de forma articulada e integrada com os demais órgãos públicos, especialmente com o Arquivo Nacional, a Comissão de Anistia, criada pela Lei no 10.559, de 13 de novembro de 2002, e a Comissão Especial sobre mortos e desaparecidos políticos, criada pela Lei no 9.140, de 4 de dezembro de 1995”.

Com objetivo de auxiliar as comissões da verdade em seus trabalhos de investigação de graves violações de direitos humanos, foram realizadas pesquisas sobre perseguidos políticos no acervo da Comissão de Anistia. Em 2013, tiveram início três consultorias com conhecimento técnico especializado para prestar apoio às comissões da verdade parceiras no âmbito do Projeto BRA/08/021, cooperação estabelecida entre a Comissão de Anistia e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

O objetivo principal das pesquisas foi sistematizar as informações do acervo da Comissão de Anistia, relativas ao público-alvo indicado pelas comissões, visando identificar os perseguidos que foram anistiados, tipologias e padrões de violações de direitos humanos, identificando as estruturas da repressão, seus agentes, locais de violações, linhas temporais e bases legais utilizadas.

Foram realizadas, com a supervisão da Comissão de Anistia, 18 pesquisas para 15 comissões da verdade parceiras e foram analisados 750 processos de anistia (Quadro 7).

A análise foi feita tendo por base uma ficha catalográfica individualizada que apresenta perfil do perseguido (naturalidade, gênero, idade, atividade política etc.); o mapeamento dos locais e circunstâncias das referidas perseguições, nomes de torturadores e de outros perseguidos, centros de detenções, documentos que constam dos processos e informações que contribuem para o esclarecimento circunstanciado das violações de direitos humanos ocorridas no período; o tipo de decisão do julgamento e documentos citados, dentre outros itens.

A ficha mostrou-se um instrumento eficaz e será aperfeiçoada para futuras pesquisas. Com os 74 mil processos de anistia inseridos em uma base de dados única, indexados pelo vocabulário controlado – inovações possibilitadas pelo Projeto Memorial Virtual, em 2015 será possível localizar os processos por termos, fazer buscas mais confiáveis nas informações do acervo, diminuindo as ambiguidades, descartando termos indesejáveis e encontrando sinônimos.

No segundo semestre de 2014, a Comissão de Anistia entregou os relatórios finais das pesquisas realizadas às Comissões da Verdade abaixo relacionadas, bem como para os Grupos de Trabalho da CNV.

Quadro 7 – Comissões da verdade parceiras e pesquisas realizadas

Comissão da Verdade	UF	Tema da pesquisa
Associação de Juizes para a Democracia	São Paulo	Apresentação de resultados do acervo da Comissão de Anistia referentes aos processos de Juizes.
Comissão da Verdade Rubens Paiva – Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo	São Paulo	Apresentação de resultados do acervo da Comissão de Anistia referentes aos requerimentos de anistia no Estado de São Paulo.
Comissão Nacional da Verdade dos Jornalistas – FENAJ	Distrito Federal	Apresentação de resultados do acervo da Comissão de Anistia referentes aos processos de jornalistas.
Comissão Anísio Teixeira de Memória e Verdade da Universidade de Brasília – UnB	Distrito Federal	Apresentação de resultados do acervo da Comissão de Anistia referentes aos processos de estudantes, funcionários e professores.
Comissão da Verdade da Escola da Magistratura	Espírito Santo	Apresentação de resultados do acervo da Comissão de Anistia referentes aos requerimentos dos Magistrados.
Comissão da Verdade e da Preservação da Memória do Estado da Paraíba	Paraíba	Apresentação de resultados do acervo da Comissão de Anistia referentes aos requerimentos de anistia na Paraíba.
Comissão da Verdade do município de Santos Prefeito Esmeraldo Tarquínio Filho	São Paulo	Apresentação de resultados do acervo da Comissão de Anistia referentes aos requerimentos de anistia no Município de Santos.
Comissão Estadual da Verdade do Paraná	Paraná	Apresentação de resultados do acervo da Comissão de Anistia referentes aos requerimentos de anistia no Estado do Paraná.
Comissão da Verdade da Universidade Federal do Espírito Santo	Espírito Santo	Apresentação de resultados do acervo da Comissão de Anistia referentes aos processos alunos, professores e funcionários.
Universidade Federal do Paraná- – UFPR	Paraná	Apresentação de resultados do acervo da Comissão de Anistia referentes aos requerimentos de anistia de alunos, professores e funcionários.
Comissão Estadual da Verdade do Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Apresentação de resultados do acervo da Comissão de Anistia referentes aos requerimentos de anistia no Estado do Rio de Janeiro
Comissão da Verdade do Estado do Rio Grande do Sul	Rio Grande do Sul	Apresentação de resultados do acervo da Comissão de Anistia referentes aos requerimentos de anistia no Estado do Rio Grande do Sul.
Comissão da Verdade, Memória e Justiça dos Jornalistas	Santa Catarina	Apresentação de resultados do acervo da Comissão de Anistia referentes aos processos de Jornalistas de Santa Catarina.
Comissão Estadual Memória e Verdade D. Helder Câmara	Pernambuco	Apresentação de resultados do acervo da Comissão de Anistia referentes aos requerimentos de anistia no Estado de Pernambuco.
Comissão Nacional da Verdade – CNV	-	Foram realizadas pesquisas sobre quatro temas: Graves Violações de Direitos Humanos no Campo; Ditadura e repressão aos trabalhadores e ao movimento sindical; Papel das Igrejas durante a ditadura; Forças Armadas e Forças Auxiliares.

6.2. Intercâmbio de documentos

Em 2014, foi firmado Memorando de Entendimento entre a República Argentina e a República Federativa do Brasil para intercâmbio de documentação com o objetivo de esclarecimento de graves violações aos direitos humanos.

A partir deste memorando foi dado início às pesquisas na base de processos digitalizados da Comissão de Anistia por termos específicos, que possibilitassem algum

tipo de relação entre os dois países, indicados pela própria República Argentina. Com a pesquisa foi possível localizar 7.767 processos ou documentos de interesse para a Argentina, que também enviou documentos relativos ao Brasil encontrados em seus arquivos.

Outro memorando, com o mesmo objetivo, foi assinado entre a República do Chile e o Brasil. Até o fim de outubro, o Brasil aguardava que representantes chilenos enviassem os termos de interesse para que fosse possível o início das pesquisas.

6.3. O Acervo da Comissão de Anistia

O acervo histórico é composto por processos de requerimento de anistia já julgados e finalizados, materiais produzidos no decorrer de atividades e eventos educativos e de memória e, também, por documentos doados por instituições ou cidadãos que gostariam de colaborar com a construção da memória da anistia política brasileira.

São aproximadamente 74 mil processos, que somam mais de 7 milhões de páginas já digitalizadas. A digitalização implica a captura das imagens do processo, sua transformação em texto pesquisável e o armazenamento num arquivo em PDF.

Dentre os documentos e objetos que compõem o acervo da Comissão de Anistia destacam-se: processos de requerimento de anistia; livros e outras publicações; folders; gravações de sessões; filmes; notícias de jornais; cobertura das Caravanas; acervos doados a Comissão (como exemplo dos documentos do acervo da Fundação Lelio e Lisli Basso, da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados e do Instituto de Criminalística Prof. Armando Samico).

A Divisão de Arquivo tem em seu acervo histórico aproximadamente 56.400 processos de requerimento de anistia já julgados. Estes requerimentos são públicos, e por sua relevância histórica, são procurados por pesquisadores interessados no assunto. Em 2014, foram atendidos catorze pesquisadores. Destes, oito acessaram diretamente 416 processos, e seis tiveram acesso a toda a base do acervo digitalizado. O perfil dos pesquisadores é acadêmico ou são ligados à Comissão Nacional da Verdade.

Em 2014 foi iniciada, como projeto piloto, a descrição arquivística dos documentos especiais retirados de processos ou recebidos pela Comissão de Anistia. Com o objetivo de melhor preservar sua estrutura física, esses documentos são armazenados separadamente por possuírem suporte ou dimensões diferentes dos processos de anistia.

O trabalho de descrição realizado na Divisão de Arquivo da Comissão de Anistia é feito respeitando o disposto na Norma Brasileira de Descrição Arquivística – Nobrade, que tem em vista facilitar o acesso e o intercâmbio de informações em âmbito nacional e internacional, garantindo descrições consistentes, apropriadas e auto-explicativas.

Segundo a Nobrade, a padronização da descrição, além de proporcionar maior qualidade ao trabalho técnico, contribui para a economia dos recursos aplicados e para a otimização das informações recuperadas.

Até o final de 2014, foram descritos 806 documentos especiais, de um total de 1046. Esses documentos especiais, assim como os processos de anistia, são públicos e podem ser acessados por qualquer pessoa. Esse ano, 70 documentos especiais foram acessados.

6.3.1. Digitalização e os processos de trabalho

O contrato com a empresa para o serviço de digitalização e inteligenciamento foi finalizado em junho de 2014. Durante a prestação do serviço, foram digitalizados 72.158 processos, o que corresponde a 97,6% do acervo da Comissão de Anistia (100%

em 28/06/2014 = 73.911 processos). Esse total de processos digitalizados corresponde a 7.845.375 páginas de documentos.

Com o fim do contrato, o restante dos processos passou a ser digitalizado e inteligenciado pela própria Comissão de Anistia, que inaugurou seu Bureau de Digitalização. Atualmente, 98,3% do acervo da Comissão de Anistia encontra-se digitalizado.

O Bureau tem como objetivo digitalizar todos os novos documentos no momento de sua entrada na Comissão de Anistia; manter os processos digitalizados pela empresa atuais, digitalizando as novas juntadas; e digitalizar documentos que não foram objeto do contrato, proporcionando o acesso digital a todos os documentos produzidos ou recebidos pela Comissão de Anistia no decorrer de suas atividades.

A digitalização dos processos físicos envolve um conjunto de atividades que podem ser vistas na figura abaixo:



Com a finalização da digitalização, toda a análise de requerimento passou a ser feita a partir da cópia digital. Durante os julgamentos, os Conselheiros podem acessar simultaneamente a cópia digital de todos os processos em julgamento, independentemente de serem ou não relatores. E, ainda, o anistiando e seus representantes podem ter acesso aos autos integrais de seus processos.

A digitalização facilita, assim, a vida do requerente e traz também qualidade ao trabalho de análise e julgamento dos processos. Todos os processos podem ser consultados por meio da ferramenta, de busca Watson Data Explorer da IBM. Por meio dessa ferramenta analistas e conselheiros podem consultar o conteúdo dos processos anteriores, de forma verificar precedentes, e produzir decisões mais bem fundamentadas.

Com a digitalização do seu acervo, a Comissão de Anistia poderá também aderir imediatamente ao novo sistema de protocolo do Ministério do Planejamento. O Sistema Eletrônico de Informações será utilizado a partir de janeiro de 2015, em substituição ao MJDOC. Devido ao tamanho do seu acervo, sem esse trabalho anterior de digitalização, a Comissão de Anistia teria dificuldade em aderir ao novo sistema, que exige que um processo esteja digitalizado para ser inserido.

6.3.2. Fundação Lelio e Lisli Basso – Issoco

Em 2012, a Comissão de Anistia assinou um acordo de cooperação com a entidade italiana Fundação Lelio e Lisli Basso – Issoco. Tal acordo teve como objetivo reorganizar, catalogar, inventariar, digitalizar, sistematizar e disponibilizar cópia dos documentos do Tribunal Russel II, que organizou na Itália sessões de denúncia à repressão na América Latina no período de 1974 a 1976; do I Congresso Nacional do Comitê Brasileiro pela Anistia; do Tribunal Permanente dos Povos, entre outros fundos custodiados pela Fundação. Foram digitalizadas cerca de 70.000 páginas desse acervo inédito – que irá compor também o Centro de Documentação do Memorial da Anistia –, além de panfletos, fotografias, slides, videocassetes e fitas cassete. Dessa parceria, resultaram ainda três pesquisas que deram origem a uma publicação que as compila.

O projeto foi executado no decorrer de 2013 e a entrega de seus produtos foi concluída em 2014. Seu objetivo foi:

- Disponibilizar um patrimônio documental, inédito até então, sobre a história da luta pelos direitos humanos no Brasil; e
- Promover o conhecimento do conteúdo dos documentos e, assim, contribuir para os processos de análise e de elaboração histórico-política sobre a implantação das ditaduras militares no Brasil e na América Latina.

Resumo dos produtos entregues:

- Descrição e inventariamento dos fundos, das séries e das unidades arquivísticas (dossiês), respeitando todos os elementos obrigatórios definidos pela Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística – ISAD-G;
- Digitalização da documentação dos seguintes fundos:

Quadro 8 – Fundos digitalizados

Fundo	Páginas digitalizadas
Fundo Tribunal Russell II	7.500 páginas
Correspondências	25.000 páginas
Documentos	
I Congresso Nacional do Comitê Brasileiro pela Anistia	1.000 páginas
Seção 342 Brasil	20.000 páginas
Fundo Tribunal Permanente dos Povos	6.500 páginas
Sessões dedicadas ao Brasil	5.000 páginas
Sessão dedicada a El Salvador	
Seção 345+ El Salvador	5.000 páginas
Total aproximado de páginas digitalizadas	70.000 páginas

- Digitalização e restauração, quando necessária, do seguinte material audiovisual:
 - 4 videocassetes (formato anterior Vcr e U-matic);
 - 12 videocassetes (formato anterior VHS);
 - 1 vídeo em bobina;
 - 18 fitas cassetes;
 - 400 fotografias;
 - 300 slides;
 - 20 panfletos.
- Desenvolvimento e publicação das seguintes pesquisas históricas:
 - A Repressão Político-Social na América Latina nas atividades de Lelio Basso e nos Documentos do Tribunal Russell II;
 - As Campanhas Europeias contra as Ditaduras Latino-Americanas nos Anos 60 e 70;
 - Os financiamentos privados internacionais às ditaduras militares na América latina.

6.4. Publicações

Ao longo de 2014, a Comissão viabilizou a publicação de diversos títulos, em conformidade com os ideais de preservação da memória histórica e da verdade.

Revista Anistia e Justiça de Transição nº 9

A edição apresenta os resultados do Colóquio Internacional “Direito à Verdade e à Justiça no Cone Sul”, realizado na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, com apoio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e do Consulado-Geral da França. A seção especial apresenta os resultados do Festival Cinema pela Verdade promovido pela Comissão de Anistia e pelo Instituto Cultura em Movimento. Dando seguimento a tradição de publicar documentos inéditos em português, a última parte da Revista apresenta ao leitor as diretrizes de Belfast sobre a aplicação de leis de anistia, desenvolvida por um grupo de especialistas de sete países por iniciativa da Universidade de Ulster. Ainda, a V sentença do Tribunal Internacional para a Aplicação da Justiça Restaurativa em El Salvador, e a decisão da Suprema Corte de Justiça da Nação Argentina que reconhece a obrigatoriedade de efetivação pelo judiciário doméstico das recomendações da Comissão Interamericana de Direitos Humanos.

A Revista está disponível para download:

http://www.justica.gov.br/seus-direitos/anistia/anexos/anistia9_9-10-2014__web.pdf

Destaca-se também o lançamento da coleção *Jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos*, parceria da Comissão de Anistia e Secretaria Nacional de Justiça. Foram selecionados os casos mais paradigmáticos da Corte, sistematizados em sete volumes temáticos. Inédita em português, a coleção é dirigida a advogados, estudantes, acadêmicos, agentes do Estado, vítimas de violações, defensores de direitos humanos e à sociedade em geral.



Considerando todas as publicações elaboradas pela Comissão de Anistia foram distribuídos 20.771 exemplares em 2014.

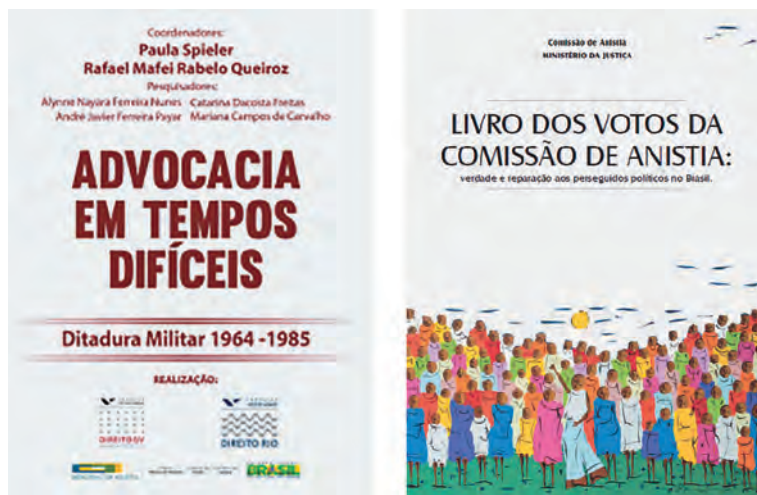
Lançamento de obras

“Advocacia em Tempos Difíceis”, “O Livro dos Votos da Comissão de Anistia” e “Caravanas da Anistia: O Brasil Pede Perdão”, durante a Sessão Solene do Conselho Federal da OAB.

Dia: 31/03

Local: Conselho Federal da OAB.

Parceiros: Conselho Federal da OAB, Instituto Primeiro Plano, Fundação Getúlio Vargas.



Belo Horizonte/MG

Dia: 31/03

Livro “Nós Dois”, de Ana Maria Freire; exposição artística, de Renato Godinho; apresentação da peça teatral “Only You”, de Pedro Paulo Cava; solenidade de cessão dos arquivos da Câmara Municipal de Belo Horizonte para a Comissão de Anistia e para a Comissão da Verdade em Minas Gerais.

Curitiba/PR

Dia: 01/04

“Advocacia em Tempos Difíceis”, “O Livro dos Votos da Comissão de Anistia” e “Caravanas da Anistia: O Brasil Pede Perdão”.

Local: UFPR, Faculdade de Direito.

Parceiros: Fórum Paranaense de Resgate da Verdade, Memória e Justiça, UFPR.

6.5. Memorial Virtual da Comissão de Anistia

O Memorial Virtual constitui uma biblioteca eletrônica capaz de armazenar os processos de anistia e documentos do acervo da Comissão de Anistia que permitirá dar acesso à sociedade às informações de mais de 74 mil processos. Ele possibilitará, de um lado, criar condições para a produção de pesquisas sobre as perseguições políticas ocorridas entre os anos de 1946 e 1988 e, de outro, aumentar a celeridade na gestão dos processos e dos julgamentos.

Os principais objetivos do Memorial são:

- Organizar e indexar o acervo da Comissão a fim de possibilitar o acesso às informações à sociedade e a produção de conhecimento sobre as perseguições políticas entre os anos 1946 e 1988;
- Aumentar a celeridade na tramitação dos requerimentos de anistia, a segurança e confiabilidade das informações que estão nas diversas bases de dados.

Entre os resultados esperados estão:

- Memorial Virtual da Comissão de Anistia disponível para consultas ao público (Biblioteca Virtual);
- Preservação da memória das violações de direitos durante os períodos de exceção no Brasil;
- Informações prestadas ao público-externo organizadas, a partir de base de dados confiável;
- Fluxos de trabalho na tramitação dos requerimentos de anistia mais eficientes e céleres;
- Aumento da produção e disseminação de informação de relevância histórica e de conhecimentos à sociedade brasileira.

Os principais produtos do projeto são:

1. Base única de informações referentes aos processos implementada;
2. Processos de trabalho redesenhados para tramitação dos documentos digitalizados
3. Vocabulário controlado da Comissão de Anistia concluído;
4. Política de acesso às informações da Comissão de Anistia definida

Após sua implantação completa, em 2015, o acervo da Comissão estará organizado, indexado e disponível para consultas ao público por meio do Memorial Virtual.

Produtos entregues em 2014

Em 2014, foi finalizada a base única de informações referentes aos requerimentos de anistia, bem como o redesenho dos processos de trabalho com vistas à tramitação dos documentos digitalizados.

- Com finalização da digitalização dos requerimentos, foi iniciada a transição para tramitação eletrônica dos processos. A Comissão criou, no segundo semestre de 2014, um setor específico de digitalização. Foram estabelecidos procedimentos, alocados servidores e equipamentos garantindo que os novos processos e juntadas sejam digitalizados e agregados à base de dados.
- Todas as planilhas financeiras e de julgamento foram unificadas em uma única base de dados e ligadas aos registros do PCPA. Um primeiro resultado desse trabalho foi a identificação das inconsistências no registro dos requerentes. Dos 74.169 processos registrados no PCPA, 14.083 (19%) tinham alguma inconsistência no cadastro.
- A análise dos processos em meio físico foi substituída pela análise dos arquivos digitais, aumentando a celeridade tanto para a gestão interna quanto para os julgamentos pelos conselheiros.

Produtos para 2015

- O vocabulário controlado permitirá a busca no acervo por conteúdo dos processos, nome do anistiando, data de nascimento, decisão da Comissão de Anistia, num primeiro

momento. Depois, está prevista a indexação de todo acervo digital de requerimentos de acordo com os descritores deste vocabulário.

- Será elaborada a política de acesso às informações do acervo virtual da Comissão de Anistia.
- Com a finalização da unificação das bases de dados da Comissão de Anistia teve início a conferência das informações dos processos nesta base. Num primeiro momento estão sendo conferidas as informações referentes aos processos que já foram julgados:
 - Nome do Anistiando;
 - CPF do Anistiando;
 - Gênero do Anistiando;
 - Decisão do julgamento;
 - Informações relativas à Portaria de Anistia: data de publicação e número da portaria.

Esse trabalho deverá ser finalizado em 2015, juntamente com o vocabulário controlado e permitirá conhecermos, com maior precisão, o número de processos aguardando julgamento, por exemplo.

- Com a digitalização do seu acervo, a Comissão de Anistia poderá também aderir imediatamente ao novo sistema de protocolo do Ministério da Justiça. O Sistema Eletrônico de Informações – SEI, que terá início em janeiro de 2015, em substituição ao MJDOC.

6.5.1. Vocabulário Controlado

O vocabulário controlado é um recurso para organizar e recuperar documentos e informações com consistência, gerando conseqüentemente, confiança no sistema de busca de informações.

O principal ativo documental da Comissão de Anistia e fonte de pesquisas são os processos de anistia. Atualmente existem cerca de 74 mil requerimentos. São informações não estruturadas, constituída em boa parte por textos manuscritos e imagens que não permitem a busca e localização por termos. O acesso público ao acervo requer que os documentos estejam minimamente organizados, ordenados e classificados, segundo critérios específicos da gestão documental.

Um vocabulário controlado traz benefícios na descrição e localização das informações e seu uso é muito importante na criação de metadados. O uso correto de termos de vocabulários controlados para descrever recursos permite: a) maior eficiência na busca e recuperação de recursos; b) facilita o compartilhamento de informações; c) apoiar o desenvolvimento de serviços com maior qualidade, com base em semântica comum e padronização de formatos e esquemas de codificação dos dados.

Em 2014 foram desenvolvidas as seguintes atividades do projeto: Análise prévia do acervo (com base amostral de pelo menos 4% dos processos); Definição da estrutura lógico-semântica do vocabulário controlado terminológico. Para 2015 está prevista a inserção e definição dos descritores e a padronização dos descritores do vocabulário.

Com a finalização do trabalho, em 2015, por meio de uso da ferramenta Watson Data Explorer, será possível indexar todo o acervo, permitindo assim que os processos sejam localizados por meio dos metadados do vocabulário.

6.5.2. A unificação das bases de dados da Comissão de Anistia

No início de 2014, a Comissão de Anistia tinha suas informações espalhadas em diversas planilhas. Isso acontecia porque o Sistema de Controle de Protocolos da Comissão de Anistia (PCPA) não permitia a inserção de todas as informações necessárias ao trabalho da Comissão. Além disso, as informações de localização física dos processos era fragmentada e precária, principalmente dos processos correntes.

Para que fossem digitalizados, todos os processos correntes tiveram que ser deslocados para a sala de digitalização. Aproveitando esse trabalho, foi feita uma reorganização do arquivo corrente. Esse processo foi possível também porque o processo físico deixou de circular entre os analistas, conselheiros e interessados. A cópia digital passou a ser utilizada por todos, somente em casos especiais é que o processo físico é disponibilizado.

Assim, atualmente todos os processos correntes estão arquivados e identificados. Existe uma base unificada com a informação de localização de todos os processos, independente de serem correntes ou já finalizados, e todas as planilhas com informações financeiras, de julgamento e outras foram unificadas numa única base de dados.

Entretanto, como sabemos, o compartilhamento de informações por meio de planilhas é uma solução provisória. Assim, todas as informações foram disponibilizadas em um plataforma online (Collatebox), permitindo que o compartilhamento e atualização dos dados seja feito de forma colaborativa, com segurança e confiabilidade.

6.6. Observatório e Rede Latino-americana de Justiça de Transição

No ano de 2013, a Comissão de Anistia lançou edital de chamada pública para a seleção de uma universidade federal brasileira interessada em atuar, por 24 meses, como Secretaria Executiva da Rede Latino-Americana de Justiça de Transição (RLAJT). A Rede foi formada ao longo dos anos de 2010 e 2011 com o apoio do “Projeto de cooperação técnica para o intercâmbio internacional, desenvolvimento e ampliação das políticas de Justiça Transicional no Brasil” (PRODOC BRA/08/021), firmado entre a Comissão de Anistia e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, em parceria com o Centro Internacional para a Justiça de Transição – ICTJ. A instituição selecionada foi a Universidade de Brasília (UnB), que firmou termo de cooperação cujos objetivos principais são a manutenção do Observatório da RLAJT (sítio web) e a promoção de seminários sobre a temática.

No primeiro semestre de 2014, durante o Congresso Internacional “50 Anos do Golpe e a Nova Agenda da Justiça de Transição no Brasil”, ocorrido entre 10 e 14 de março em Recife/PE, aconteceu o lançamento público dos trabalhos que serão desenvolvidos pela Secretaria Executiva da RLAJT. Ainda nesse período, foram selecionados os alunos bolsistas que produzirão as pesquisas sobre a situação da Justiça de Transição na América Latina, e foram definidas as atividades a serem executadas até o final do exercício.

6.7. Seminários

As ações de disseminação de informações e conhecimentos envolvem a realização e participação em seminários, dentre os quais destacamos:

Quadro 9 – Participação em Seminários

Seminários	Data	Local	Parceiros
Seminário “Transições Democráticas e Qualidade da Democracia – Perspectivas Comparadas Brasil-Espanha”	13 a 15/01	Sevilha, Espanha	Programa Master em <i>Derechos Humanos, Interculturalidad y Desarrollo</i> (UNIA/UPO), Programa de Mestrado em Direitos Fundamentais e Democracia (UniBrasil) e Laboratório de Direitos Humanos da UFRJ
Seminário “Memória e Compromisso: relembrar o papel dos cristãos no processo de anistia política e na reconstrução democrática do Brasil no período de 1964 a 1988”	28 e 29/03	Belém/PA Colégio Marista Nossa Senhora de Nazaré	Comissão Brasileira de Justiça e Paz da CNBB, Pastoral da Juventude e Levante Popular da Juventude, Comissão de Anistia
Dia 11/03: Lançamento dos Seminários Regionais “Memória e Compromisso” por videoconferência, com todos as regiões do país conectadas	11/03	Brasília/DF – Colégio Marista de Taguatinga	Comissão Brasileira de Justiça e Paz da CNBB, Pastoral da Juventude e Levante Popular da Juventude
Seminário “1964, 50 anos depois: Ditadura no Brasil, para que não se esqueça, para que nunca mais aconteça!”	31/03 e 01/04	Palmas/TO – Assembléia Legislativa do Tocantins	Centro de Direitos Humanos de Palmas.
Seminário “Memória e Compromisso: relembrar o papel dos cristãos no processo de anistia política e na reconstrução democrática do Brasil no período de 1964 a 1988”	25 e 26/04	São Paulo/SP – Colégio Marista Arquidiocesano	Comissão Brasileira de Justiça e Paz da CNBB, Pastoral da Juventude e Levante Popular da Juventude, Comissão de Anistia
Seminário “Memória e Compromisso: relembrar o papel dos cristãos no processo de anistia política e na reconstrução democrática do Brasil no período de 1964 a 1988”	04 e 05/04	Recife/PE – Colégio Marista São Luís	Comissão Brasileira de Justiça e Paz da CNBB, Pastoral da Juventude e Levante Popular da Juventude;
Seminário “Resistência e transição: cultura, memória e a ditadura militar no Brasil”	08/05	Nova Iorque, Washington	Instituto Hemisférico de Performance e Política New York University e Consulado Geral do Brasil
Seminário “Protestantes, ditadura e democracia”	11/12 e 12/12	Rio de Janeiro	KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço e pela Comissão de Anistia

6.7.1. Ciclo 50 anos do Golpe

Em 2014, ano em que o golpe civil-militar completou seu cinquentenário, a Comissão de Anistia realizou, com o auxílio de inúmeros parceiros, o “Ciclo 50 Anos” – um conjunto de atividades que se desenvolveu por todo o Brasil, com o objetivo de promover uma reflexão sobre esse meio século de história e sobre os avanços da Justiça

de Transição, ao tempo em que prestou também justa homenagem às vítimas daquele regime de exceção. Entre as atividades, destacam-se:

- O Congresso Internacional “50 Anos do Golpe e a Nova Agenda da Justiça de Transição no Brasil”, realizado em Recife, do qual participaram mais de 16 estados estrangeiros e diversas personalidades ligadas ao tema;
- A exposição “O GOLPE – 50 anos depois”, que aconteceu no Rio de Janeiro, e recebeu cerca de 3 mil visitantes em vinte dias de duração;
- O lançamento das obras “Advocacia em Tempos Difíceis”, “O Livro dos Votos da Comissão de Anistia” e “Caravanas da Anistia: O Brasil Pede Perdão”, durante Sessão Solene do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), em Brasília;
- A exibição, na TV BRASIL, dos documentários “Os advogados contra a ditadura: por uma questão de justiça” e “Militares da democracia: os militares que disseram NÃO”, produções do projeto Marcas da Memória dirigidas pelo cineasta Silvio Tendler;
- A inauguração de quatro marcos do “Monumento ao Nunca Mais” do projeto Trilhas da Anistia, em Recife, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre; e
- A Mostra de Cinema “Marcas da Memória”, que percorreu o País realizando sessões públicas e gratuitas dos filmes produzidos no âmbito do projeto que leva o mesmo nome. Ainda em 2014, vale ressaltar a realização da Mostra de Cinema “Marcas da Memória” também em Nova Iorque e Tóquio, em parceria com o Consulado Geral e a Embaixada do Brasil daquelas localidades.



Congresso “50 Anos do Golpe e a Nova Agenda da Justiça de Transição no Brasil”. Recife/PE.

Outras atividades que se destacam no âmbito do Ciclo “50 anos do Golpe” são:

Em todo o Brasil

Dia: 31/03

Lançamento virtual dos programas de rádio, dos 3 vídeos de 5min e dos 3 vídeos de 26min do projeto “Nossas Histórias”.

Local: *fanpage* do projeto (www.facebook.com/nossashistorias64).

Parceiros: Criar Brasil.

Rio de Janeiro

Dias: 31/03 a 05/04

“Programa Integrado de Atividades Acadêmicas sobre os 50 anos do Golpe de 1964”.

Local: Universidades do Rio de Janeiro (UERJ, UFF, UFRJ, UFRRJ, UNIRIO, PUC-RIO).

Parceiros: CPDOC – FGV, UERJ, UFF, UFRJ, UFRRJ, UNIRIO, PUC-RIO.

Dias/; 02 a 04/04

Mini-ciclo de debates “A memória da Ditadura nas artes: Literatura e Cinema”, integrando o “Programa Integrado de Atividades Acadêmicas sobre os 50 anos do Golpe de 1964”, com escritores, jornalistas e cineastas que debaterão o tema a partir de seus livros, romances e filmes.

Local: UFF, UFRJ e UNIRIO.

Salvador/BA

Dia: 11/04

Solenidade Pública de renomeação da Escola Estadual Presidente Emílio Garrastazu Médici por Escola Estadual do STIEP Carlos Marighella.

Parceiro: Secretaria de Estado de Educação da Bahia.

Inauguração da placa do Memorial da Resistência da Bahia.

Local: Memorial da Resistência da Bahia.

Parceiros: Secretaria de Estado de Cultura da Bahia e Secretaria de Estado de Educação da Bahia.

Em termos numéricos, o Ciclo de atividades “50 anos do Golpe” prestigiou as 27 unidades da federação brasileira, promovendo 100 atividades alusivas ao cinquentenário do golpe civil-militar.

Quadro 10 – Atividades do Ciclo “50 anos do Golpe”

Categoria	Nº de eventos
Eventos internacionais	7
Congressos, seminários e outros eventos acadêmicos	15
Atividades artístico-culturais (filmes, documentários, lançamentos e exposições)	33
Inauguração de monumentos	7
Eventos das Clínicas do Testemunho	20
Entrega de relatórios	9
Outros	9
TOTAL	100

6.8. Laboratório de Tecnologia para Pesquisa em Memória e Direitos Humanos

O Laboratório de Tecnologia para Pesquisa em Memória e Direitos Humanos – LAB-MDH corresponde à iniciativa de suporte ao acervo digital da Comissão de Anistia e ao fomento de pesquisas dedicadas à anistia política e à justiça de transição, bem como a áreas correlatas no campo dos direitos humanos.

Seus objetivos são:

- Fomentar pesquisas que gerem relações, inferências, relatórios e cruzamentos das informações existentes na base de dados da Comissão da Anistia, bem como entre essas informações e as existentes em outros centros de pesquisa e documentação;
- Gerar e difundir pesquisas e conhecimentos sobre processos de transição dos regimes autoritários, consolidação da democracia e garantia dos direitos humanos;
- Criar um Banco Nacional de Dados em Memória e Direitos Humanos, fruto da disponibilização dos bancos de dados utilizados no âmbito das pesquisas fomentadas pelo Laboratório.

Em outubro, foram concluídas as instalações dos hardwares e softwares, e em dezembro, as instalações físicas do LAB-MDH. Sua inauguração oficial ocorrerá no primeiro semestre de 2015.

6.9. Parceria com a Coalizão Internacional de Sítios de Consciência

A Coalizão é, atualmente, a única rede de escala mundial dedicada ao tema da memória pós-autoritarismo e episódios de violência em escala. Com sede em Nova Iorque, é integrada por 185 instituições públicas e privadas presentes em 53 países.

Estão entre suas atividades: Auxiliar instituições locais em sua articulação em nível global; Fornecer treinamento, capacitação, fomento financeiro e apoio político aos sítios de memória, por meio de um amplo conjunto de iniciativas.

Principais atividades realizadas, em 2014, em parceria com a Comissão de Anistia:

- Congresso Internacional: “Memória: Alicerce da Justiça de Transição e dos Direitos Humanos” (em novembro, no TUCA, em São Paulo);



Memória: Alicerce da Justiça de Transição e dos Direitos Humanos, TUCA, São Paulo. Oficina.



Memória: Alicerce da Justiça de Transição e dos Direitos Humanos.

- Galeria de Consciência do Memorial da Anistia Política do Brasil: a Coalizão é responsável pela pré-seleção do material que será exibido em uma das salas do Memorial que será destinada ao tema;
- Manual Metodológico sobre Locais de Memória: o conteúdo já foi elaborado e, no 1º semestre de 2015, será publicado em três idiomas (português, espanhol e francês);
- Site multilíngue sobre locais de memória, já disponível no endereço <http://www.site-sofconscience.org/pt-br/>;
- Capacitações sobre memorialização: em Recife/PE, em março, e via web, em novembro.

7. Ações de Cooperação Internacional

A Comissão deu continuidade, durante o ano de 2014, à articulação nacional e internacional para a troca de experiência e informações no âmbito dos direitos humanos e da Justiça de Transição. Foram várias as participações em eventos realizados no Brasil e no exterior, seja como apoiadora, seja como conferencista, por meio de seus conselheiros ou servidores, com o importante apoio do PNUD.

- 13 a 15 de janeiro de 2014: Seminário “Transições Democráticas e Qualidade da Democracia – Perspectivas Comparadas Brasil-Espanha”, em Sevilha, Espanha – realizado em parceria com o Programa Master em Derechos Humanos, Interculturalidad y Desarrollo (UNIA/UPO), o Programa de Mestrado em Direitos Fundamentais e Democracia (UniBrasil), e o Laboratório de Direitos Humanos da UFRJ;
- 24 a 28/03/2014 III: Fórum do Pensamento Crítico – Autoritarismo e Democracia no Brasil e na Bahia 1964-2014, em Salvador/BA
- 10 a 14 de março de 2014: Congresso Internacional “50 Anos do Golpe e a Nova Agenda da Justiça de Transição no Brasil” em Recife/PE – uma realização da Comissão de Anistia em parceria com a Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, 2ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Grupo de Estudos sobre Internacionalização do Direito e Justiça de Transição (IDEJUST), International Coalition of Sites of Conscience, Comissão Brasileira de Justiça e Paz – CNBB, e União Nacional dos Estudantes (UNE);
- 26 a 29 de março de 2014: Tribunal de Justiça Restaurativa de El Salvador, em San Salvador – realizado em parceria com o Instituto de Direitos Humanos da Universidade Centroamericana José Simeon Cañas, contou com a participação da Comissão de Anistia pelo sexto ano consecutivo;
- 28/03/14: Conversa Pública “Testemunho da Verdade, Testemunho da Justiça” – realizada com o apoio do Centro Fernando Ulloa da Secretaria de Direitos Humanos da Argentina, no Rio de Janeiro/RJ
- 05 a 08 de maio de 2014: Mostra de Cinema Marcas da Memória da Comissão de Anistia, em Nova Iorque, EUA – realizada em parceria com o Consulado Geral do Brasil daquela localidade;
- 07 de maio de 2014: Lançamento da Exposição “Sala Escura da Tortura” do Projeto Marcas da Memória, em Nova Iorque;
- 08 de maio de 2014: Seminário “Resistência e transição — Cultura, memória e a Ditadura Militar no Brasil”, promovido pelo Instituto Hemisférico de Performance e Política da New York University, pela Comissão de Anistia do Ministério da Justiça do Brasil, e pelo Consulado Geral do Brasil em Nova Iorque, Washington;
- 26 a 30 de setembro de 2014: 5º Festival “Mujeres en foco”, em Buenos Aires/Argentina.
- 01 de outubro de 2014: Lançamento de Coletânea da Corte Interamericana de Direitos Humanos, no Salão Negro do Palácio da Justiça;
- 27 a 30/10 de 2014: Congresso Internacional de Direitos Humanos, em Florianópolis.
- 06 a 13 de novembro de 2014: Ciclo de Conferências Brasil Alemanha em Hamburgo – Belefeld – Tubinga;
- 25 a 30/11 – 5ª edição do “Festival Mujeres em Foco”, em Buenos Aires, Argentina – participação da Comissão de Anistia;

- 21 a 29 de novembro de 2014: Mostra de cinema Marcas da Memória, em Havana/ Cuba.
- 09 a 12/12 de 2014: VIII Seminário Internacional de Direitos Humanos da Universidade Federal da Paraíba, em João Pessoa.

Biografia dos Conselheiros

Paulo Abrão

Conselheiro desde 04 de abril de 2007

Nascido em Uberlândia/MG, em 11 de junho de 1975, é graduado em Direito pela Universidade Federal de Uberlândia, mestre em Direito pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos e doutor em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. É especialista em Direitos Humanos e Processos de Democratização pela Universidade do Chile. Atualmente, é Secretário Nacional de Justiça, Presidente do Conselho Nacional de Refugiados, Presidente do Comitê Nacional para o Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e Presidente do Grupo de Peritos para o Combate a Lavagem de Dinheiro da Organização dos Estados Americanos (OEA). Professor da Faculdade de Direito da PUC/RGS e do Programa de Mestrado e Doutorado em Direitos Humanos da Universidade Pablo Olavide (Espanha). Integrou o grupo de trabalho da Presidência da República para a elaboração do projeto de lei de criação da Comissão Nacional da Verdade.

Sueli Aparecida Bellato

Conselheira desde 06 de março de 2003

Nascida em São Paulo/SP, em 1º de julho de 1953, é religiosa da Congregação Nossa Senhora – Cônegas de Santo Agostinho e advogada graduada pela Universidade Presbiteriana Mackenzie de São Paulo, com intensa atividade nas causas sociais. Já trabalhou junto ao Ministério Público Federal na área de direitos humanos, foi assistente parlamentar e, entre outros, atuou no processo contra os assassinos do ambientalista Chico Mendes. Foi advogada do MST e do Departamento Nacional dos Trabalhadores Rurais da CUT. É membro da Comissão Brasileira de Justiça e Paz da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). É conselheira da Rede Social de Direitos Humanos. Compõe o Grupo de Trabalho Araguaia (GTA). Mestre pelo Programa de Pós-Graduação de Direitos Humanos da UNB.

José Carlos Moreira da Silva Filho

Conselheiro desde 25 de maio de 2007

Nascido em São Paulo/SP, em 18 de dezembro de 1971, é graduado em Direito pela Universidade de Brasília, mestre em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina e doutor em Direito pela Universidade Federal do Paraná. Atualmente é professor da Faculdade de Direito e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Criminais da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS).

Aline Sueli de Salles Santos

Conselheira desde 26 de fevereiro de 2008

Nascida em Caçapava/SP, em 04 de fevereiro de 1975, é graduada em Direito pela Universidade de São Paulo, mestre em Direito pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos e doutoranda em Direito pela Universidade de Brasília. É professora da Universidade Federal do Tocantins/TO.

Ana Maria Guedes

Conselheira desde 04 de fevereiro de 2009

Nascida em Recife/PE, em 19 de abril de 1947, é graduada em Serviço Social pela Universidade Católica de Salvador. Atualmente é membro do Grupo Tortura Nunca Mais da Bahia e integrante da comissão organizadora do Memorial da Resistência Carlos Mariguella, Salvador/BA.

Ana Maria Lima de Oliveira

Conselheira desde 26 de abril de 2004

Nascida em Irituia/PA, em 06 de dezembro de 1955, é Procuradora Federal do quadro da Advocacia-Geral da União desde 1987 e graduada em Direito pela Universidade Federal do Pará.

Carolina de Campos Melo

Conselheira desde 02 de fevereiro de 2012

Nascida na cidade do Rio de Janeiro, em 22 de janeiro de 1976, é graduada e mestre em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) e doutora em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). É Advogada da União desde setembro de 2003. É também Professora do Departamento de Direito da PUC-Rio e Coordenadora Acadêmica do Núcleo de Direitos Humanos. Atualmente é assessora na Comissão Nacional da Verdade.

Carol Proner

Conselheira desde 14 de setembro de 2012

Nascida em 14 de julho de 1974 em Curitiba/PR. Advogada, doutora em Direito Internacional pela Universidade Pablo de Olavide de Sevilha (Espanha), Coordenadora do Programa de Mestrado em Direitos Fundamentais e Democracia da UniBrasil, Co-Diretora do Programa Máster-Doutorado Oficial da União Européia, Derechos Humanos, Interculturalidad y Desarrollo – Universidade Pablo de Olavide/ Universidad Internacional da Andaluzia. Concluiu estudos de Pós-Doutorado na École de Hautes Etudes de Paris (França). É Secretária-Geral da Comissão da Verdade da Ordem dos Advogados do Brasil no Paraná.

Cristiano Paixão

Conselheiro desde 1º de fevereiro de 2012

Nascido na cidade de Brasília, em 19 de novembro de 1968, é mestre em Teoria e Filosofia do Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), doutor em Direito Constitucional pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e fez estágio pós-doutoral em História Moderna na Scuola Normale Superiore di Pisa (Itália). É Procurador Regional do Trabalho em Brasília e integra a Comissão da Verdade Anísio Teixeira da Universidade de Brasília, onde igualmente é professor da Faculdade de Direito. Foi Professor visitante do Mestrado em Direito Constitucional da Universidade de Sevilha (2010-2011). Co-líder dos Grupos de Pesquisa “Direito e história: políticas de memória e justiça de transição” (UnB, Direito e História) e “Percurso, Narrativas e Fragmentos: História do Direito e do Constitucionalismo” (UFSC-UnB).

Eneá de Stutz e Almeida

Conselheira desde 22 de outubro de 2009

Nascida no Rio de Janeiro/RJ, em 10 de junho de 1965, é graduada e mestre em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro e doutora em Direito pela Universidade

Federal de Santa Catarina. É professora da Universidade de Brasília, onde coordena um Grupo de Pesquisa sobre Justiça de Transição no Brasil, e leciona e orienta na graduação e pós-graduação em direito. Integra ainda a Comissão Anísio Teixeira da Memória e Verdade da UnB.

Henrique de Almeida Cardoso

Conselheiro desde 31 de maio de 2007

Nascido no Rio de Janeiro/RJ, em 23 de março de 1951, é o representante do Ministério da Defesa junto à Comissão de Anistia. Oficial de artilharia do Exército pela Academia Militar de Agulhas Negras (AMAN), é bacharel em Ciências Econômicas e em Ciências Jurídicas pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Juvelino José Strozake

Conselheiro desde 25 de maio de 2007

Nascido em Alpestre/RS, em 18 de fevereiro de 1968, é advogado graduado pela Faculdade de Direito de Osasco (FIEO), mestre e doutor em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. É membro da Rede Nacional de Advogados Populares (RENAP).

Luciana Silva Garcia

Conselheira desde 25 de maio de 2007

Nascida em Salvador/BA, em 11 de maio de 1977, é graduada em Direito pela Universidade Federal da Bahia, mestre em Direito Público pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Especialista em Direitos Humanos e Processos de Democratização pela Universidade do Chile e Doutoranda em Direito pela Universidade de Brasília. Atualmente é diretora do Departamento de Defesa dos Direitos Humanos da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

Márcia Elayne Berbich de Moraes

Conselheira desde 23 de julho de 2008

Nascida em Cianorte/PR, em 17 de novembro de 1972, é advogada graduada em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). É especialista, mestre e doutora em Ciências Criminais, todas pela mesma instituição. Foi integrante do Conselho Penitenciário do Estado do Rio Grande do Sul entre 2002 e 2011 e ex-professora da Faculdade de Direito de Porto Alegre (FADIPA). Atualmente é professora de Direito Penal do IBMECRJ.

Márcio Gontijo

Conselheiro desde 21 de agosto de 2001

Nascido em Belo Horizonte/ MG, em 02 de julho de 1951, é advogado público de carreira e pertencente aos quadros da Consultoria Jurídica do Ministério da Justiça desde 1976. É representante dos anistiados políticos na Comissão de Anistia. Graduado em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais, é o decano da Comissão de Anistia, tendo, ainda, acompanhado a criação da Comissão Especial de indenização dos familiares dos mortos e desaparecidos políticos.

Marina da Silva Steinbruch

Conselheira desde 25 de maio de 2007

Nascida em São Paulo/SP, em 12 de abril de 1954, é graduada em Direito pela Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo/SP. Atuou como defensora pública da União por 22 anos.

Mário Miranda de Albuquerque

Conselheiro desde 22 de outubro de 2009

Nascido em Fortaleza/CE, em 21 de novembro de 1948. É membro da Associação Anistia 64/68. Atualmente preside a Comissão Especial de Anistia Wanda Sidou do Estado do Ceará.

Narciso Fernandes Barbosa

Conselheiro desde 25 de maio de 2007

Nascido em Maceió/AL, em 17 de setembro de 1970, é graduado em Direito pela Universidade Federal de Alagoas e possui especialização em Direitos Humanos pela Universidade Federal da Paraíba. É advogado militante nas áreas de direitos humanos e de segurança pública.

Nilmário Miranda

Conselheiro desde 1º de fevereiro de 2012

Nascido em Belo Horizonte/ MG, em 11 de agosto de 1947, é Jornalista e mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Foi deputado estadual, deputado federal e ministro da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República (SEDH – 2003/2005). Quando deputado federal Presidiu a Comissão Externa para Mortos e Desaparecidos Políticos. Foi autor do projeto que criou a Comissão de Direitos Humanos na Câmara, que presidiu em 1995 e 1999. Representou por sete anos a Câmara dos Deputados na Comissão Especial dos Mortos e Desaparecidos Políticos. É membro do Conselho Consultivo do Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil, denominado “Memórias Reveladas”. Atualmente é presidente da Fundação Perseu Abramo.

Prudente José da Silva Mello

Conselheiro desde 25 de maio de 2007

Nascido em Curitiba/PR, em 13 de abril de 1959, é graduado em Direito pela Universidade Católica do Paraná e doutorando em Direito pela Universidade Pablo de Olavide (Espanha). Advogado trabalhista de entidades sindicais de trabalhadores desde 1984, atualmente leciona nos cursos de pós-graduação em Direitos Humanos e Direito do Trabalho do Complexo de Ensino Superior de Santa Catarina (CESUSC).

Rita Maria de Miranda Sipahi

Conselheira desde 22 de outubro de 2009

Nascida em Fortaleza/CE, em 23 de fevereiro de 1938, é graduada em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade do Recife. É servidora pública aposentada pela Prefeitura do Município de São Paulo. Possui experiência em Planejamento Estratégico Situacional e já desenvolveu trabalhos na área de gestão como supervisora geral de desenvolvimento de pessoal da Secretaria do Bem-Estar Social da Prefeitura de São Paulo. Participa do Núcleo de Preservação da Memória Política de São Paulo/Coletivo de Mulheres.

Roberta Camineiro Baggio

Conselheira desde 25 de maio de 2007

Nascida em Santos/SP, em 16 de dezembro de 1977, é graduada em Direito pela Universidade Federal de Uberlândia, mestre em Direito pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos e doutora em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina. Atualmente é professora na Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre/RS.

Rodrigo Gonçalves dos Santos

Conselheiro desde 25 de maio de 2007

Nascido em Santa Maria/RS, em 11 de julho de 1975, é advogado, graduado e mestre em Direito Público pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos/UNISINOS. Professor licenciado do Curso de Direito do Centro Universitário Metodista Isabela Hendrix de Belo Horizonte. Consultor da Fundação Getulio Vargas (FGV).

Vanda Davi Fernandes de Oliveira

Conselheira desde 26 de fevereiro de 2008

Nascida em Estrela do Sul/MG, em 31 de junho de 1968, é graduada em Direito pela Universidade Federal de Uberlândia e doutoranda em Direito pela Universidad de Alicante (Espanha). É membro do Conselho Estadual de Política Ambiental do Estado de Minas Gerais.

Virginius José Lianza da Franca

Conselheiro desde 1º de agosto de 2008

Nascido em João Pessoa/PB, em 15 de agosto de 1975, é advogado graduado em Direito pela Universidade Federal da Paraíba, especialista em Direito Empresarial pela mesma instituição. Atualmente é Coordenador-Geral do Conselho Nacional de Refugiados do Ministério da Justiça (CONARE) e Diretor Adjunto do Departamento de Estrangeiros do Ministério da Justiça. Ex-diretor da Escola Superior da Advocacia da Ordem dos Advogados– Seccional Paraíba. Ex-Procurador do Instituto de Terras e Planejamento Agrário (INTERPA) do Estado da Paraíba. Igualmente, foi Secretário-Executivo do Conselho Nacional de Combate à Pirataria (CNCP).

Equipe Completa da Comissão De Anistia

Presidente da Comissão de Anistia

PAULO ABRÃO

Vice-presidentes da Comissão de Anistia

SUELI APARECIDA BELLATO

JOSÉ CARLOS MOREIRA DA SILVA FILHO

Diretora

AMARÍLIS BUSCH TAVARES

Chefia de Gabinete

LARISSA NACIF FONSECA

Assessoria da Presidência

MARLEIDE FERREIRA ROCHA

Assessoria de Projetos Especiais

VANESSA GOMES ZANELLA

Assessoria do Gabinete

FÁBIO DA SILVA SOUSA COSTA

LUCIANE FARIA GONÇALVES

Serviço de Apoio Administrativo

LÍVIA ALMEIDA SANTOS (Chefe)

OADIR ARAÚJO FERNADES

SAMUEL DOMIGOS DE OLIVEIRA

ANTONIO FRANCISCO MARCICO RIBEIRO

CLEITON DE OLIVEIRA RODRIGUES

NEIRE PERES DO CARMO

ALINNE GOMES FARIAS (estagiária)

Coordenação Geral de Gestão Processual

MULLER LUIZ BORGES

Assessoria da Coordenação Geral de Gestão Processual

CAROLINA NUNES BARBOSA DE SOUSA

JANINE POGGIALI GASPORONI E OLIVEIRA

Central de Atendimento Integrada – SNJ/CA

ALINE CARNEIRO DE AGUIAR (Chefe)

CAMILA PEREIRA NERY

HAYARA VIANNA SILVA

LEANDRO ROCHA MUNDIM DE OLIVEIRA (estagiário)

VIRNA ARCANJO FREIRE (estagiária)

Coordenação de Controle Processual, Julgamento e Finalização

NATÁLIA COSTA (coordenadora)
ADRIANA SOARES GUIMARÃES PEREIRA
ELAINE CRISTINA GUEDES MARTINS
JULIANA PRISCILA DE OLIVEIRA
LEONARDO BARBOSA CARDOSO
LUANA FONSECA OLIVEIRA
MARIA JOSÉ DAS NEVES
RENATA ALVES NERES NOGUEIRA
ARQUIMEDES BARROS RODRIGUES
GARDÊNIA AZEVEDO DE OLIVEIRA
HELBERT LOPES ROCHA
JOSÉ ANTUNES PRIMO JUNIOR
MARCOS DENAIM CORREA DA SILVA
RAIANE FEITOZA DA SILVA
THIAGO AZEVEDO LUNA DOS SANTOS
JOÃO VITOR ARAÚJO NASCIMENTO (estagiário)
MARIA MÔNICA RODRIGUES LIMA (estagiário)
MATHEUS RAMOS ÁVILA (estagiário)

Coordenação de Análise e Informação Processual

JOICY HONORATO DE SOUZA (Coordenadora)
ALEXANDRE TADEU DE OLIVEIRA
ANA LOURDES REIS BROD
ANA PAULA BARBACENA
GIOVANA RODRIGUES ARAÚJO
ARIANE RAMOS DE SOUZA (estagiária)

Coordenação de Pré-Análise

RODRIGO LENTZ (Coordenador)
DAVID GONÇALVES ATHIAS
ÉRIKA CARVALHO MARTINS
NILTON RICARDO GUIMARÃES SOARES CUNHA
PAULO VICTOR DA SILVA PREVITERA
VÂNIA MARGARETH RODRIGUES BONFIM SOUTO
KATLEN KAROLYNNE FERREIRA VALÉRIO
LUIZ CARLOS CAMARGO OBERST
MAIARA FERNANDES DE OLIVEIRA RIBEIRO DOS SANTOS
THAÍS CRISTINA DE SOUZA SILVA
TÚLIO MARTINS DE OLIVEIRA

Coordenação Geral do Memorial da Anistia Política do Brasil

ROSANE CAVALHEIRO CRUZ

Coordenação de Projetos e Políticas de Reparação e Memória Histórica

EDUARDO HENRIQUE FALCÃO PIRES (coordenador)
RENATA BARRETO PRETURLAN (coordenadora)

DANIEL FERNANDES ROCHA
DEBORAH NUNES LYRA
LÍVIA VIEIRA BRAÚNA
PAULA REGINA MONTENEGRO GENERINO DE ANDRADE
WALLISON DOS SANTOS MACHADO

Coordenação de Articulação Social, Ações Educativas e Museologia
BRUNO SCALCO FRANKE (coordenador)
DARIO CINTRA DE NEGREIROS RIBEIRO (coordenador)
PRISCILLA DO NASCIMENTO SILVA GOUDIM

Cooperação Internacional
JENY KIM BATISTA
MARIA ANGÉLICA LEITE P. DE MORAIS

Coordenação do Centro de Documentação e Pesquisa
ELISABETE FERRAREZI (coordenadora)
JOÃO ALBERTO TOMACHESKI
ANDRESA PEREIRA DE SENA (estagiária)
BIANCA DIAS DE OLIVEIRA (estagiária)
Divisão de Arquivo e Memória
MAYARA NUNES DE CASTRO (chefe)
EMILINHA SOARES MARQUES
LEONARDO KRIEGER F. BARBOSA
RODRIGO DE JESUS SILVA
ROSEMEIRE DE OLIVEIRA ARAÚJO
ANA LUÍSA LEITE DA SILVA (estagiária)
ANDRESSA PINTO FERREIRA SARAIVA (estagiária)
FELIPE AUGUSTO CAMPOS MOREIRA (estagiário)
FERNANDO MORBECK CONDE MEIRELES (estagiário)
LARISSA MESSIAS BELEM MOREIRA (estagiária)
PEDRO HENRIQUE SANTOS MORAES DA SILVA (estagiário)
RAPHAEL ZENAS ROCHA DA SILVA (estagiário)
THAÍS LIMA DE SOUSA (estagiária)
ÚRSULA BEATRIZ SILVA SANGALETI (estagiária)